

RELATÓRIO ANUAL 2014



PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL



ENTIDADE ASSOCIADA
ABRAPP

Mensagem da Diretoria

O ano de 2014 como no exercício anterior foi um ano de continuidade de muitas mudanças na FACEPI, a Diretoria Executiva juntamente com a Patrocinadora, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, colaboradores e consultores vêm buscando com trabalho, transparência e ética melhorar a interação e satisfação dos participantes ativos e assistidos.

Em meio a um cenário difícil para todas as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, no ano de 2014, influenciado principalmente por grandes oscilações nas bolsas de valores, registrando queda no exercício de 2,91%.

A FACEPI – Fundação CEPISA de Seguridade Social, que administra dois planos de benefícios patrocinados pela Eletrobrás Distribuição Piauí, um Plano BD, um Plano CV e o PGA(Gestao Administrativa), conseguiu encerrar o exercício com uma rentabilidade positiva de 9,87% no Plano BD, 10,63% no Plano CV e 10,95% no Plano PGA, conseguindo proteger os investimentos da inflação, (no mesmo período 6,41%), e ainda obter um ganho real.

Esses resultados foram possíveis devido ao cumprimento da seleção de ativos, alinhados com estratégias de longo prazo adotado pela Entidade com base no Estudo de ALM e suas Políticas de Investimentos.

A FACEPI contava em 31/12/2014 em seu Plano BD com 621 participantes ativos, 613 aposentadorias programadas, 47 aposentadorias por invalidez, 263 pensionistas e 15 auxílios funeral concedidos, com valor total pago de R\$ 16,7 milhões, no citado exercício. O Plano CV em 31/12/2014 contava com 351 participantes ativos, 28 aposentadorias pelo Benefício Proporcional Diferido, (sendo esses benefícios remanescentes das aposentadorias programadas pagas no exercício anterior, e que nesse exercício foram corrigidas), e 03 pensionistas, com valor total pago de R\$ 388 mil, com esses benefícios, cumprindo a FACEPI com seu objetivo, como também com a política de recursos humanos da Patrocinadora.

1. APRESENTAÇÃO

A Diretoria Executiva da FACEPI, em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, apresenta o relatório anual relativos às suas atividades desenvolvidas durante o exercício de 2014, acompanhado do Balanço Patrimonial e respectivas demonstrações contábeis e financeiras, da Política e Demonstrativo de Investimentos, bem como dos pareceres do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Atuário e Auditores Independentes.

2. ASPECTOS PREVIDENCIÁRIOS E ATUARIAIS

Atendendo a Resolução CGPC 13, de 07/10/2004, na qual estabelece que as entidades fechadas de previdência complementar devam ter regras claras de competência para seus órgãos estatutários, delegação objetiva de poderes, comunicação interna adequada, prestação de informações aos participantes ativos e assistidos sobre os custos de gestão do plano de benefícios, orçamento, adoção de mecanismos que evitem conflitos de interesses, sistema atualizado de cadastro. Determina ainda, que o Conselho Fiscal emita relatório de controle interno, a cada 06 meses, com as conclusões dos exames realizados, inclusive, sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e a política de investimentos, bem como a aderência às premissas e hipóteses atuariais e execução orçamentária.

A política de investimentos da FACEPI (arts. 16º do Anexo da Resolução 3.792 CMN), elaborada para o ano de 2014 designando o administrador estatutário tecnicamente qualificado - AETQ, responsável pela gestão e acompanhamento dos recursos dos Planos de Benefícios Previdenciário Nº 002 e de Contribuição Variável (art. 7 do Anexo da Resolução 3.792), a sua Diretora Financeira, Lídia Francisca Falcão Carvalho Airemoraes; mantivemos o contrato com o Banco Itaú, como pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários para atuar como agente custodiante, responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito de renda fixa e renda variável (art. 14 do Anexo da Res. 3.792). O responsável pela administração do Plano de Benefício Previdenciário nº 002 e do Plano de Contribuição Variável, atendendo a Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006, é o Diretor Administrativo e de Benefícios, Benício Olímpio de Melo Neto.

- **PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO / PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO Nº002**

No exercício de 2014 a FACEPI pagou benefícios mensais de suplementação de aposentadoria a 660 participantes assistidos, num total anual de R\$ 14.581 mil, 263 pensionistas num total anual de R\$ 2.176 mil, a 15 familiares um total anual de R\$ 13 mil em auxílio funeral, mostrando que vem cumprindo fielmente com os seus objetivos e com as obrigações assumidas com os seus participantes.

Receitas e Despesas Previdenciárias R\$ mil			
	2012	2013	2014
Receitas	15.999	16.600	21.167
Outros recursos	15.999	16.600	21.167
Despesas	11.641	13.427	20.813
Aposentadorias	7.229	8.103	13.107
Invalidez	319	354	360
Pensões	1.585	1.825	2.007
Provisões	759	845	1.279
Abono Aposentadoria	622	693	1.110
Abono Pensão	137	152	169
Auxílios	13	17	13
Outros Recursos	1.735	2.283	4.047

Reservas Atuariais – R\$ Mil			
	2012	2013	2014
Reservas Matemáticas			
Benef. Concedidos	124.799	163.282	224.298
Benef. a Conceder	162.893	141.079	104.112
Subtotal	287.692	304.361	328.410
Reser. a Amortizar	(57.437)	(69.690)	(76.595)
Total	230.255	234.671	251.815

Quantidade de participantes do Plano BD			
	2012	2013	2014
Ativos	886	779	621
Aposentados	416	503	660
Tempo de serviço	281	365	511
Especial	53	53	56
Invalidez	44	42	47
Idade	38	43	46
Pensionistas	240	254	263
	1.542	1.536	1.544

- **PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL**

Em junho/2010, iniciou-se o recolhimento das primeiras contribuições ao Plano de Contribuições Variável - PCV. Em 31 de dezembro de 2014, o referido plano contava com o número de 03 pensionistas, 28 participantes em benefícios proporcional diferido, totalizando um valor anual de 386 mil e 351 participantes ativos.

Receitas e Despesas Previdenciárias R\$ mil			
	2012	2013	2014
Receitas	5.453	6.549	5.441
Outros recursos	5.453	6.549	5.441
Despesas	18	246	721
Aposentadorias		9	164
Invalidez			
Pensões	14	11	202
Auxílios Doença		12	2
Provisões		2	20
Abono Aposentadoria		1	13
Abono Pensão	1	1	7
Auxílios Funeral	3	8	
Resgate		204	333
Outros Recursos			

Reservas Atuariais – R\$ Mil			
	2012	2013	2014
Reservas Matemáticas			
Benef. Concedidos	154	721	4.868
Benef. a Conceder	9.720	14.614	15.293
Subtotal	9.875	15.335	20.161
Reser. a Amortizar			
Total	9.875	15.335	20.161

Quantidade de participantes do Plano CV			
	2012	2013	2014
Ativos	471	418	351
Aposentados	0	11	28
BPD	0	0	28
Tempo de serviço	0	10	0
Especial	0	0	0
Invalidez	0	0	0
Idade	0	1	0
Pensionistas	2	2	3
	473	431	482

3. ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

• PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO / PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO Nº002

Os investimentos da FACEPI encontram-se devidamente enquadrados à Resolução CMN 3.792 de 24/09/2009, que estabeleceu limites com base nos requisitos de composição e de diversificação das aplicações dos recursos das EFPC.

Na FACEPI os investimentos estão alocados nos segmentos de renda fixa, renda variável, estruturados, imóveis e empréstimos a participantes (Resolução 3.792, art. 17).

A rentabilidade nominal líquida dos investimentos do plano (R\$ 224.313.635,82) teve a seguinte performance:

Espécie (Rentabilidade)	%
Meta Atuarial	12,07
Fundos de Investimentos	8,64
Imóveis	30,06
Empréstimos a Participantes	19,20
PLANO BD	9,87

Renda Fixa/Variável/Estruturados

Dando continuidade à política moderada de aplicação de suas reservas técnicas definidas em sua Política de Investimentos, a FACEPI encerrou 2014 com 81,49% dos recursos do plano alocados em renda fixa, principalmente de aplicação em títulos da dívida do Governo Federal, tais como: Notas do Tesouro Nacional - NTN, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Letras do Tesouro Nacional -LTN e Notas do Banco Central; 8,14% em renda variável e 2,68% em investimentos estruturados.

Imóveis

Ao final do período a FACEPI tinha 5,53% dos recursos do plano alocados no segmento de imóveis, locados para terceiros e para a Patrocinadora – CEPISA.

Empréstimo a Participante

A carteira de empréstimos tem trazido retornos satisfatórios à Fundação e, simultaneamente, proporcionado aos participantes agilidade e segurança ao crédito, com as menores taxas de juros e melhores prazos do mercado, além dos mesmos estarem investindo em seu próprio Plano de Benefícios, contribuindo, assim, para melhorar sua performance.

Ao final do exercício a FACEPI possuía 2,15% dos recursos alocados no segmento.

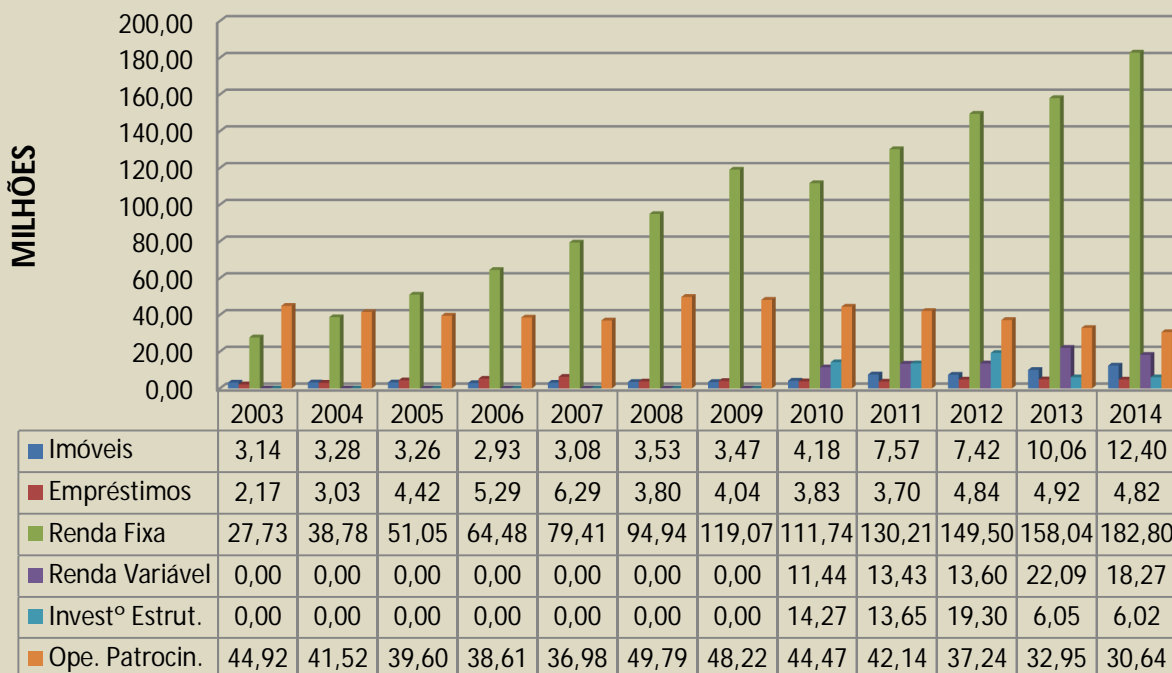
Operações com a Patrocinadora

A FACEPI mantém dois contratos com a Patrocinadora: Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida (firmado em 19.09.1997) e Termo de Compromisso, referente à cobertura do saldo da Reserva a Amortizar do Plano BD (firmado em 11.12.2000), cujos montantes representavam, ao final do exercício, 12,02% dos recursos garantidores do Plano.

FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL - FACEPI
RESUMO DOS PRINCIPAIS ATIVOS/APLICAÇÕES - BD
DEZEMBRO/2014

ESPECIFICAÇÃO	VALOR(R\$)	%¹	%²
Renda Fixa	182.803.939,15	81,49	71,70
Investimentos Estruturados	6.024.019,09	2,68	2,36
Renda Variável	18.266.870,15	8,14	7,16
Investimentos Imobiliários	12.397.948,40	5,53	4,86
Empréstimos a Participantes	4.820.859,03	2,15	1,89
TOTAL 1	224.313.635,82	100,00	87,98
Operação com a Patrocinadora	30.637.299,22	-	12,02
TOTAL 2	254.950.935,04	-	100

Recursos Garantidores - Plano BD



- **PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL**

Os investimentos da FACEPI encontram-se devidamente enquadrados à Resolução CMN 3.792 de 24/09/2009, que estabeleceu limites com base nos requisitos de composição e de diversificação das aplicações dos recursos das EFPC.

Na FACEPI os investimentos estão alocados nos segmentos de renda fixa, renda variável, estruturados e empréstimos a participantes (Resolução 3.792, art. 17).

A rentabilidade nominal líquida dos investimentos do plano (R\$23.214.765,65) teve a seguinte performance:

Espécie (Rentabilidade)	%
Fundos de Investimentos	9,72
Empréstimos a Participantes	18,31
PLANO CV	10,63

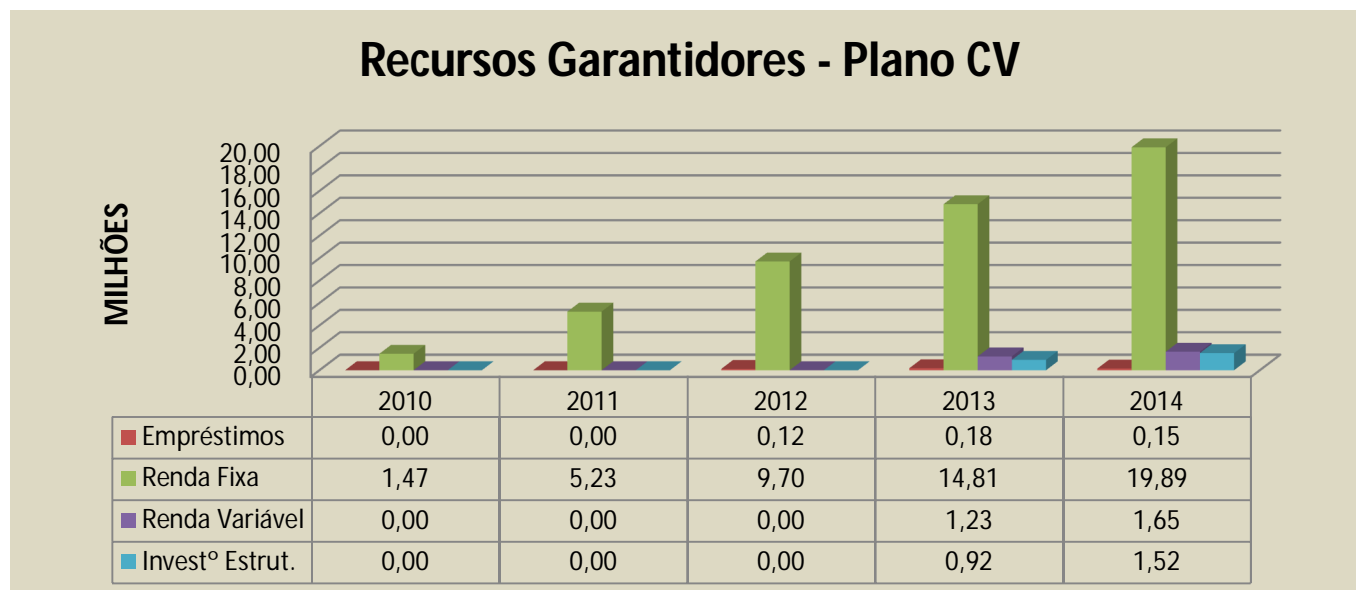
Renda Fixa/Variável/Estruturados

Dando continuidade à política moderada de aplicação de suas reservas técnicas definidas em sua Política de Investimentos, a FACEPI encerrou 2014 com 85,71% dos recursos do plano alocados em renda fixa, 7,10% em renda variável e 6,56% em investimentos estruturados.

Empréstimo a Participante

A carteira de empréstimos tem trazido retornos satisfatórios à Fundação e, simultaneamente, proporcionado aos participantes agilidade e segurança ao crédito, com as menores taxas de juros e melhores prazos do mercado, além dos mesmos estarem investindo em seu próprio Plano de Benefícios, contribuindo, assim, para melhorar sua performance.

Ao final do exercício a FACEPI possuía 0,63% dos recursos alocados no segmento.



4. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS

No ano de 2014 muito se realizou e todo o trabalho foi baseado na transparência da gestão e eficiência na aplicação dos recursos, sempre com o objetivo de garantir os benefícios previdenciários dos quais os participantes, assistidos e beneficiários, têm direito.

- O Estatuto da FACEPI não sofreu alteração durante o ano de 2014 e encontra-se devidamente aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC pela Portaria nº 1005, de 15 de outubro de 2002.
- Os Regulamentos dos Planos de Benefícios nas modalidades de Benefícios Definido - PBD e de Contribuição Variável – PCV não sofreram alterações, encontra-se devidamente adequado às leis complementares 108 e 109, ambas de 29/05/200, sendo aprovados pela PREVIC através do Ofício nº 3815/SPC/DETEC/CGAT de 07/11/2008 e do Ofício 3.727 / SPC/ DETEC/CGAF de 30/11/2009, respectivamente.
- Foi elaborado o Programa de Treinamento para o ano com programação de cursos para os empregados, diretores e conselheiros a fim de atender a Legislação CGPC 13/2004 em seu artigo 4º, como também para atender a Resolução CMN nº 3.792 de 24/09/2009 que exige a Certificação para os conselheiros, diretores e profissionais de investimentos.
- Para realização da auditoria contábil anual contratou a Empresa PHF Auditores Independentes S/S, credenciada na CVM para prestação de serviços de auditoria independente a qual está incumbida, adicionalmente às atribuições que lhes são próprias, de avaliar pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle, e enquadramento utilizado na gestão dos seus recursos.
- A FACEPI renovou o contrato com a empresa Risk Office para os serviços de Consultoria Financeira e Controle Interno.
- Em 2014, a FACEPI manteve contrato com a Pagliarini & Morales – Advogados Associados para prestação de serviços de assessoria e advocacia consultiva especializada em previdência complementar, como também permaneceu com o contrato com a empresa CONDE Consultoria Atuarial para prestação de serviços atuariais para seus planos previdenciários nas modalidades de Benefício Definido e de Contribuição Variável.
- Contratou empresa Risk Office para elaborar Estudo de ALM estocástico (Asset Liability Modelling), que utilizando premissas atuariais, de negócios, econômico e/ou financeiro possa determinar uma alocação estratégica de retorno e risco adequado ao seu perfil.
- A gestão dos recursos foi feita por dois gestores (Asset BB DTVM do Banco do Brasil e a Asset FAR do Banco Fator) a fim de atingir a meta atuarial de INPC + 5,5% a.a para o Plano de Benefício Definido e o benchmark por segmento para o Plano de Contribuição Variável.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

FACEPI - FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL - CNPJ 07.689.813/0001-80					
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					
(em reais mil)					
Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
DISPONÍVEL	104	207	EXIGÍVEL OPERACIONAL	233	220
			Gestão Previdencial	151	128
			Gestão Administrativa	82	92
REALIZÁVEL	288.974	264.243	PATRIMÔNIO SOCIAL	288.936	264.258
Gestão Previdencial	31.027	36.708	Patrimônio de Cobertura do Plano	271.977	250.007
Gestão Administrativa	201	594	Provisões Matemáticas	271.977	250.007
Investimentos	257.746	226.941	Benefícios Concedidos	229.167	164.004
Fundos de Investimento	240.380	211.790	Benefícios a Conceder	119.405	155.693
Investimentos Imobiliários	12.398	10.057	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	76.595	69.690
Empréstimos	4.968	5.094	Fundos	16.959	14.251
PERMANENTE	91	28	Fundos Previdenciais	3.449	2.214
Imobilizado	91	28	Fundos Administrativos	10.443	9.209
			Fundos dos Investimentos	3.067	2.828
TOTAL DO ATIVO	289.169	264.478	TOTAL DO PASSIVO	289.169	264.478

FACEPI - FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL - CNPJ 07.689.813/0001-80					
BALANÇO PATRIMONIAL DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					
(em reais mil)					
Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
DISPONÍVEL	15	36	EXIGÍVEL OPERACIONAL	82	92
			Gestão Administrativa	82	92
REALIZÁVEL	10.419	9.237	PATRIMÔNIO SOCIAL	10.443	9.209
Gestão Administrativa	201	594	Fundos	10.443	9.209
Investimentos	10.218	8.643	Fundos Administrativos	10.443	9.209
Fundos de Investimento	10.218	8.643			
PERMANENTE	91	28			
Imobilizado	91	28			
TOTAL DO ATIVO	10.525	9.301	TOTAL DO PASSIVO	10.525	9.301

FACEPI - FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL - CNPJ 07.689.813/0001-80
BALANÇO PATRIMONIAL DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(em reais mil)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
<u>DISPONÍVEL</u>	18	56	<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>	8	5
			Gestão Previdencial	8	5
<u>REALIZÁVEL</u>	25.201	18.736			
Gestão Previdencial	388	359	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	25.211	18.787
Gestão Administrativa	1.598	1.235	Patrimônio de Cobertura do Plano	20.161	15.336
Investimentos	23.215	17.142	Provisões Matemáticas	20.161	15.336
Fundos de Investimento	23.067	16.965	Benefícios Concedidos	4.868	722
Empréstimos	148	177	Benefícios a Conceder	15.293	14.614
			Fundos	5.050	3.451
			Fundos Previdenciais	3.449	2.214
			Fundos Administrativos	1.598	1.235
			Fundos dos Investimentos	3	2
TOTAL DO ATIVO	25.219	18.792	TOTAL DO PASSIVO	25.219	18.792

FACEPI - FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL CNPJ 07.689.813/0001-80
BALANÇO PATRIMONIAL DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(em reais mil)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
<u>DISPONÍVEL</u>	71	114	<u>EXIGÍVEL OPERACIONAL</u>	143	123
			Gestão Previdencial	143	123
<u>REALIZÁVEL</u>	263.797	245.480			
Gestão Previdencial	30.638	36.349	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	263.725	245.471
Gestão Administrativa	8.845	7.974	Patrimônio de Cobertura do Plano	251.816	234.671
Investimentos	224.314	201.157	Provisões Matemáticas	251.816	234.671
Fundos de Investimento	207.095	186.182	Benefícios Concedidos	224.299	163.282
Investimentos Imobiliários	12.398	10.057	Benefícios a Conceder	104.112	141.079
Empréstimos	4.821	4.918	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	76.595	69.690
			Fundos	11.909	10.800
			Fundos Administrativos	8.845	7.974
			Fundos dos Investimentos	3.064	2.826
TOTAL DO ATIVO	263.868	245.594	TOTAL DO PASSIVO	263.868	245.594

FACEPI - FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL - CNPJ 07.689.813/0001-80
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(em reais mil)

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Patrimônio Social – Início do Exercício	264.258	251.832	4,93%
	1. Adições	50.315	33.534	50,04%
(+)	Contribuições Previdenciais	24.271	20.598	17,83%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Previdencial	22.553	9.677	133,06%
(+)	Receitas Administrativas	2.344	2.565	-8,62%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos – Gestão Administrativa	908	563	61,28%
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	239	131	82,44%
	2. Destinações	- 25.637	- 21.108	21,46%
(-)	Benefícios	- 21.534	- 13.673	57,49%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos – Gestão Previdencial	- 2.085	- 5.680	-63,29%
(-)	Despesas Administrativas	- 2.018	- 1.666	21,13%
(-)	Reversão de Fundos de Investimento	-	89	-100,00%
	3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	24.678	12.426	98,60%
(+/-)	Provisões Matemáticas	21.970	9.876	122,46%
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.235	1.046	18,07%
(+/-)	Fundos Administrativos	1.235	1.462	-15,53%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	239	42	469,05%
	B) Patrimônio Social – Final do Exercício (A+3+4)	288.936	264.258	9,34%

FACEPI - FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL - CNPJ 07.689.813/0001-80
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(em reais mil)

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	234.671	230.255	1,92%
	1. Adições	41.845	25.431	64,54%
(+)	Contribuições	21.167	16.602	27,50%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	20.678	8.829	134,21%
	2. Destinações	- 24.700	- 21.015	17,54%
(-)	Benefícios	- 20.813	- 13.427	55,01%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	- 2.085	- 5.669	-63,22%
(-)	Custeio Administrativo	- 1.802	- 1.919	-6,10%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	17.145	4.416	288,25%
(+/-)	Provisões Matemáticas	17.145	4.416	288,25%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	251.816	234.671	7,31%
	C) Fundos não previdenciais	11.909	10.800	10,27%
(+/-)	Fundos Administrativos	8.845	7.974	10,92%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	3.064	2.826	8,42%

FACEPI - FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL - CNPJ 07.689.813/0001-80
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(em reais mil)

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	17.549	11.042	58,93%
	1. Adições	7.316	7.397	-1,10%
(+)	Contribuições	5.441	6.549	-16,92%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.875	848	121,11%
	2. Destinações	- 1.256	-890	41,12%
(-)	Benefícios	- 721	-246	193,09%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	-10	-100,00%
(-)	Custeio Administrativo	- 535	-634	-15,62%
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	6.060	6.507	-6,87%
(+/-)	Provisões Matemáticas	4.826	5.460	-11,61%
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.235	1.046	18,07%
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	23.609	17.549	34,53%
	C) Fundos não previdenciais	1.601	1.237	29,43%
(+/-)	Fundos Administrativos	1.598	1.235	29,39%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	3	2	50,00%

FACEPI - FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL - CNPJ 07.689.813/0001-80
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(em reais mil)

DESCRIÇÃO		Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
	1. Ativos	263.868	245.594	7,44%
	Disponível	71	114	-37,72%
	Recebível	39.483	44.323	-10,92%
	Investimento	224.314	201.157	11,51%
	Fundos de Investimento	207.095	186.182	11,23%
	Investimentos Imobiliários	12.398	10.057	23,28%
	Empréstimos	4.821	4.918	-1,97%
	2. Obrigações	143	123	16,26%
	Operacional	143	123	16,26%
	3. Fundos Não Previdenciais	11.909	10.800	10,27%
	Fundos Administrativos	8.845	7.974	10,92%
	Fundos dos Investimentos	3.064	2.826	8,42%
	5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	251.816	234.671	7,31%
	Provisões Matemáticas	251.816	234.671	7,31%

FACEPI - FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL - CNPJ 07.689.813/0001-80
DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(em reais mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
1. Ativos	25.219	18.792	34,20%
Disponível	18	56	-67,86%
Recebível	1.986	1.594	24,59%
Investimento	23.215	17.142	35,43%
Fundos de Investimento	23.067	16.965	35,97%
Empréstimos	148	177	-16,38%
2. Obrigações	8	6	33,33%
Operacional	8	6	33,33%
3. Fundos Não Previdenciais	1.601	1.237	29,43%
Fundos Administrativos	1.598	1.235	29,39%
Fundos dos Investimentos	3	2	50,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	23.610	17.549	34,54%
Provisões Matemáticas	20.161	15.335	31,47%
Fundos Previdenciais	3.449	2.214	55,78%

FACEPI - FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL
CNPJ 07.689.813/0001-80
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(em reais mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	9.209	7.748	18,85%
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.252	3.127	4,00%
1.1. Receitas	3.252	3.127	4,00%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.337	2.553	-8,46%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	7	11	-36,36%
Resultado Positivo dos Investimentos	908	562	61,57%
Outras Receitas	-	1	-100,00%
2. Despesas Administrativas	2.018	1.666	21,13%
2.1. Administração Previdencial	989	806	22,70%
Pessoal e encargos	436	329	32,52%
Treinamentos/congressos e seminários	50	47	6,38%
Viagens e estadias	6	21	-71,43%
Serviços de terceiros	336	275	22,18%
Despesas gerais	151	129	17,05%
Depreciações e amortizações	10	5	100,00%
2.2. Administração dos Investimentos	1.029	860	19,65%
Pessoal e encargos	485	303	60,07%
Treinamentos/congressos e seminários	69	65	6,15%
Viagens e estadias	9	14	-35,71%
Serviços de terceiros	295	329	-10,33%
Despesas gerais	171	149	14,77%
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	1.234	1.461	-15,54%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	1.234	1.461	-15,54%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	10.443	9.209	13,39%

FACEPI - FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL - CNPJ 07.689.813/0001-80
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(em reais mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	7.974	6.981	14,22%
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.587	2.426	6,64%
1.1. Receitas	2.587	2.426	6,64%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.802	1.919	-6,10%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	7	10	-30,00%
Resultado Positivo dos Investimentos	778	496	56,85%
Outras Receitas	-	1	-100,00%
2. Despesas Administrativas	1.716	1.433	19,75%
2.1. Administração Previdencial	776	628	23,57%
2.1.1. Despesas Comuns	702	596	17,79%
2.1.2. Despesas Específicas	74	32	131,25%
Serviços de terceiros	62	26	138,46%
Despesas gerais	12	6	100,00%
2.2. Administração de Investimentos	940	805	16,77%
2.2.1. Despesas Comuns	900	761	18,27%
2.2.2. Despesas Específicas	40	44	-9,09%
Serviços de terceiros	14	25	-44,00%
Despesas gerais	26	19	36,84%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	871	993	-12,29%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	871	993	-12,29%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	8.845	7.974	10,92%

FACEPI - FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL - CNPJ 07.689.813/0001-80
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(em reais mil)

DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.235	766	61,23%
1. Custeio da Gestão Administrativa	665	701	-5,14%
1.1. Receitas	665	701	-5,14%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	535	634	-15,62%
Resultado Positivo dos Investimentos	130	67	94,03%
2. Despesas Administrativas	302	232	30,17%
2.1. Administração Previdencial	213	177	20,34%
2.1.1. Despesas Comuns	180	177	1,69%
2.1.2. Despesas Específicas	33	-	100,00%
Serviços de terceiros	31		100,00%
Despesas Gerais	2	-	100,00%
2.2. Administração de Investimentos	89	55	61,82%
2.2.1. Despesas Comuns	87	54	61,11%
2.2.2. Despesas Específicas	2	1	100,00%
Despesas gerais	2	1	100,00%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	363	469	-22,60%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	363	469	-22,60%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	1.598	1.235	29,39%

FACEPI - FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL - CNPJ 07.689.813/0001-80			
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014			
(em reais mil)			
DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	255.023	237.620	7,32%
1. Provisões Matemáticas	251.816	234.671	7,31%
1.1. Benefícios Concedidos	224.299	163.282	37,37%
Benefício Definido	224.299	163.282	37,37%
1.2. Benefício a Conceder	104.112	141.079	-26,20%
Benefício Definido	104.112	141.079	-26,20%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	- 76.595	- 69.690	9,91%
(-) Déficit Equacionado	- 76.595	- 69.690	9,91%
(-) Patrocinador(es)	- 76.595	- 69.690	9,91%
3. Fundos	3.064	2.826	8,42%
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.064	2.826	8,42%
4. Exigível Operacional	143	123	16,26%
4.1. Gestão Previdencial	143	123	16,26%

FACEPI - FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL - CNPJ 07.689.813/0001-80			
DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014			
(em reais mil)			
DESCRIÇÃO	Exercício 2014	Exercício 2013	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	23.621	17.556	34,55%
1. Provisões Matemáticas	20.161	15.335	31,47%
1.1. Benefícios Concedidos	4.868	721	575,17%
Contribuição Definida	4.868	721	575,17%
1.2. Benefício a Conceder	15.293	14.614	4,65%
Contribuição Definida	13.501	11.566	16,73%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	6.720	5.741	17,05%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	6.781	5.825	16,41%
Benefício Definido	1.792	3.048	-41,21%
3. Fundos	3.452	2.216	55,78%
3.1. Fundos Previdenciais	3.449	2.214	55,78%
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	3	2	50,00%
4. Exigível Operacional	8	5	60,00%
4.1. Gestão Previdencial	8	5	60,00%

NOTA 01 - CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A FUNDAÇÃO CEPISA DE SEGURIDADE SOCIAL - FACEPI, instituída e patrocinada pela Companhia Energética do Piauí - CEPISA, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.413, de 12 de fevereiro de 1985, do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, e alterações aprovadas pela Portaria nº 678, de 10 de fevereiro de 2000 da Secretária de Previdência Complementar - SPC obedecendo às normas expedidas através da Secretaria de Previdência Complementar e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil, estando disciplinado pelas leis complementares nº 108 e 109 de 2001.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Fundação tem as seguintes finalidades principais, em termos de benefícios:

- Conceder e administrar os benefícios a que têm direito os participantes, assistidos e beneficiários;
- Promover o bem-estar social de seus membros, especialmente no que concerne à previdência, observadas as restrições da legislação aplicável.

De acordo com o artigo 14 do CTN (código tributário nacional), a entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda a título de lucro ou participação no resultado; aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Fundação tem como principal finalidade, complementar parcial ou totalmente, os benefícios a que têm direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social – SINPAS, os servidores da CEPISA, tais como:

- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de abono anual;
- Complementação de auxílio-doença;
- Complementação de auxílio-funeral.

Em 31 de dezembro de 2014, a FACEPI, para o seu Plano de Benefícios Definidos – BD, conta com 621 participantes ativos (779 em 2013), 660 participantes assistidos (503 em 2013), 249 pensionistas (254 em 2013).

Para o Plano de Contribuição Variável – CV a FACEPI conta com 351 participantes ativos (471 em 2013), 28 participantes assistidos (11 em 2013), e 3 pensionistas (2 em 2013). Esse plano iniciou em junho de 2010 e ainda não se encontra totalmente implantado segundo critério definido pelo artigo 17 da Resolução MPS/CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

A emenda constitucional nº 20, de 15/12/1998, determinou a obrigatoriedade de ajustes nos planos das entidades fechadas de previdência privadas patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedade de economia mista, mediante a eliminação de seus déficits e a implantação da paridade contributiva entre participante e patrocinadora.

Objetivando o enquadramento da FACEPI aos ditames dessa emenda e com fundamento em estudos atuariais, foi realizado o fechamento e o saldamento do Plano de Benefício Definido então vigente, contemplando os seguintes:

- Saldamento do plano de benefício definido a partir de 30/11/2000, com o consequente fechamento a novas adesões;
- Assunção, pela CEPISA, da responsabilidade pela cobertura da diferença entre o total do passivo atuarial (reservas matemáticas de benefícios concedidos e a conceder) e o valor do ativo líquido da FACEPI, mediante a assinatura de termo de compromisso datado de 11/12/2000, conforme aprovação do DEST Ofício nº 282 e 283 de 30/11/2000;
- Amortização do montante apurado da reserva matemática avaliada atuarialmente em 31/12/2000, no valor de R\$ 20.075 mil, em 240 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2001, montante este a ser reavaliado também atuarialmente ao final de cada ano, conforme aprovação do DEST Ofício nº 282 e 283 de 30/11/2000;
- Elaboração e implantação de um novo plano previdenciário, com características de Contribuição Definida modificada para Contribuição Variável atendendo a resolução CGPC nº 16 de 22/11/2005, garantindo opção em caráter individual, de migração do participante do plano saldado para esse novo plano;

De acordo com o Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial do plano de benefícios da FACEPI, datado de 31/07/2000, até a efetiva implantação do plano previdenciário de Contribuição Definida modificada para Contribuição Variável atendendo a resolução CGPC nº 16 de 22/11/2005, levando em consideração o saldamento do plano vigente, as despesas administrativas da FACEPI, serão cobertas por uma sobrecarga nas contribuições suplementares da patrocinadora, destinadas a amortizar o saldo da Reserva a Amortizar decorrente do saldamento do plano, nas bases avaliadas. Manutenção dos direitos adquiridos pelos participantes ativos e assistidos até a data do saldamento;

NOTA 02 – CONTRIBUIÇÕES PARA O CUSTEIO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

I – Dos Participantes

Considerando o saldamento do Plano de Benefícios Definidos da FACEPI, de acordo com o Parecer Atuarial emitido por CONDE CONSULTORIA ATUARIAL LTDA em março de 2015, para o exercício findo em 31/12/2014. As contribuições normais e de risco recebidas do Plano de Contribuição Variável dos participantes em 2014 foram de R\$ 2.443 mil (R\$ 2.976 mil em 2013).

II – Da Patrocinadora

Com o saldamento do Plano de Benefícios Definidos, foi calculado o valor da Reserva a Amortizar (Contribuições Especiais Vigentes), conforme Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA e Parecer Atuarial emitido em 07 de dezembro de 2000, por JESSÉ MONTELLO - SERVIÇOS TÉCNICOS EM ATUÁRIA E ECONOMIA LTDA, sendo este valor posteriormente registrado em Contrato, conforme Termo de Compromisso firmado em 11 de dezembro de 2000, entre a FACEPI e a patrocinadora, COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ – CEPISA.

O valor do saldamento do plano que a CEPISA comprometeu-se em pagar para a FACEPI representa, em 31/12/2014, o montante de R\$ 76.595 mil (R\$ 69.690 mil em 2013).

O valor repassado a título de “Contribuição Mensal Especial sobre Reserva a Amortizar (Contribuição Suplementar)” no exercício de 2014 representou R\$ 9.928 mil (R\$ 6.160 mil em 2013) e o valor repassado a título de “Prestações da Dívida” foi de R\$ 11.120 mil (R\$ 8.245 mil em 2013).

As contribuições normais e de risco recebidas do Plano de Contribuição Variável da patrocinadora em 2014 foram de R\$ 2.434 mil (R\$ 2.966 mil em 2013).

III – Rendimentos Financeiros

O Plano de Benefícios Definidos no exercício de 2014 obteve resultado positivo das suas aplicações financeiras, investimentos imobiliários e operações com participantes no total de R\$ 18.838 mil (Variação Positiva R\$ 26.710 mil – Variação Negativa R\$ 7.872 mil e em 2013 teve resultado positivo de R\$ 3.211 mil).

O valor recebido da Patrocinadora no exercício no total de R\$ 21.048 mil (R\$ 14.435 mil em 2013), recursos esses, suficientes para a cobertura dos benefícios de renda continuada e dos benefícios de pagamento único, que no exercício de 2014 foi de R\$ 16.765 mil (R\$ 11.143 mil em 2013).

O Plano de Contribuição Variável no exercício de 2014 obteve resultado positivo das suas aplicações financeiras e operações com participantes no total de R\$ 1.876 mil (Variação Positiva R\$ 2.206 mil – Variação Negativa R\$ 330 mil e em 2013 teve resultado positivo de R\$ 839 mil).

NOTA 03 – APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA CONTÁBIL

Em consonância à Planificação Contábil Padrão, conforme Resolução MPAS/CNPC nº 8, de 31.10.2011 e alterações posteriores, consoante as normas e procedimentos contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A estrutura contábil está segregada em três Atividades (Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Fluxo de Investimentos) e cada Atividade deve ser segregada por Plano de Benefícios, formando um conjunto de informações que caracterizam os processos destinados à realização das funções das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, quais sejam:

Gestão Previdencial

É o ambiente contábil que mantém os registros dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a contribuições e benefícios previdenciários.

Gestão Administrativa

É o ambiente contábil que mantém o registro dos fatos econômico-financeiros diretamente relacionados a receitas e despesas administrativas, bem como o ativo permanente, necessários à execução dos planos de benefícios administrados pela FACEPI.

A contabilização dos eventos administrativos é efetuada em ambiente contábil próprio, denominado Plano de Gestão Administrativa – PGA, cujo patrimônio que compõe o Fundo Administrativo está

segregado por plano de benefícios, ou seja, o PGA é executado de forma consolidada e também, de forma segregada por plano de benefícios, dentro do seu próprio ambiente contábil.

Ao final de cada mês, a entidade registra nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, no ambiente contábil de cada plano de benefícios previdenciários, a parcela equivalente à participação dos planos de benefícios previdenciários no fundo administrativo registrado no PGA. Com isso, todos os eventos administrativos estão registrados no Plano de Gestão Administrativa – PGA, mas, a parte do Fundo Administrativo que cabe a cada plano de benefícios previdenciários está contabilizada no ambiente previdencial de cada respectivo plano de benefícios, em contas do Ativo e Passivo sem causar quaisquer efeitos no resultado da atividade previdencial. Tendo em vista que, o Fundo Administrativo estará com o saldo registrado no PGA e também em cada plano de benefícios previdenciais, de acordo as respectivas participações, para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas dos planos de benefícios, o efeito do Fundo Administrativo nos mesmos é anulado, permanecendo apenas o saldo do Fundo Administrativo no PGA.

Fluxo de Investimentos

Grupo de contas contábeis destinado ao gerenciamento das aplicações de recursos oriundos da Gestão Previdencial e da Gestão Administrativa. A contabilização dos eventos relacionados aos investimentos financeiros é efetuada em contas específicas dentro de cada ambiente contábil, ou seja, recursos previdenciais na Gestão Previdencial e recursos administrativos na Gestão Administrativa.

NOTA 04 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão apresentadas em consonância com a Planificação Contábil Padrão, conforme Resolução MPAS/CNPC N° 08 de 31 de outubro de 2011 e alterações posteriores, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, e a NBCT 11 (item 4 do Ofício Circular 18 DECON/SPC de 04/12/2003) consoante às normas e procedimentos contábeis aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Em 24 de setembro de 2009, através da Resolução CMN 3.792 foram alteradas e consolidadas as normas e diretrizes pertinentes à aplicação dos recursos dos Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Regime de Competência

As receitas e despesas são registradas segundo o regime de competência, significando que na determinação do resultado serão computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

As receitas de dividendos decorrentes de investimentos em ações estão escrituradas pelo regime de caixa.

Os encargos referentes à depreciação e amortizações são apurados em registros auxiliares de acordo com a legislação em vigor.

a) Gestão de Investimentos

As aplicações de recursos dos Planos de Benefícios administrados pela **FACEPI** estão classificadas por modalidade, conforme segue:

b.1) Renda Fixa e Renda Variável

Compostos por investimentos em Fundos Exclusivos (Fundos de Investimentos e Cotas - FIC) estão registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

b.2) Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição ou construção, precificados por reavaliação efetuada por empresas ou profissional especializado contratado, conforme determina a legislação vigente e acrescido de correção monetária pela variação da UFIR até 31 de dezembro de 1995, de acordo Ofício Circular n. 07/SPC/GAB, de 08 de julho de 1996. A depreciação é calculada pelo método linear, em função do cálculo da vida útil da maioria dos imóveis, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 8.

b.3) Operações com Participantes

Os empréstimos concedidos aos participantes nos termos das normas estatutárias e regulamentares são registrados pelo valor principal acrescidos da atualização monetária, de acordo com índices pactuados no contrato, e deduzidos das amortizações mensais.

b) Operações Contratadas com a Patrocinadora

Encontra-se registrado nesta conta, o valor pactuado entre a FACEPI e CEPISA, conforme Nota Explicativa 05.

c) Ativo Permanente

Está registrado pelo custo corrigido monetariamente até 31.12.1995, de acordo com ofício circular nº. 07/SPC/GAB de 08/07/1996. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas descritas na Nota Explicativa 07 conforme portaria SPC nº. 168 de 30.01.1996, e reconhecidas em despesa do Programa Administrativo.

d) Patrimônio Social

O controle e avaliação do passivo atuarial são de responsabilidade de CONDE CONSULTORIA ATUARIAL LTDA., contratado pela FACEPI para a avaliação do seu plano de benefício a partir de julho de 2010.

e) Fundos

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos dos respectivos programas, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

f) Rateio das Despesas Administrativas

O rateio das despesas administrativas é alocado na Gestão Administrativa que é dividido em duas áreas:

- Administração Previdencial – São alocados 50% das Despesas Gerais e Serviços de Terceiros, com exceção de despesas com atuário e auditoria de benefícios, que são alocados em 100%. As despesas de pessoal e encargos do setor de benefícios, assim como as quotas de depreciação do ativo permanente, são alocadas em 100%.
- Administração de Investimentos – São alocados 50% das Despesas Gerais e Serviços de terceiros, com exceção de despesas de consultoria financeira, auditoria contábil e taxa de administração dos investimentos, que são alocadas em 100%. As despesas de pessoal e encargos dos setores de tesouraria são alocadas em 100%.

As despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios serão custeadas integralmente pelo respectivo plano, não cabendo rateio entre os demais planos.

As despesas administrativas comuns serão custeadas pelos Planos de Benefícios na proporção estabelecida por critério de rateio, de acordo com a seguinte metodologia:

- As despesas administrativas previdenciais serão custeadas pelos Planos de Benefícios administrados pela FACEPI, na proporção do número de participantes de cada um dentro da totalidade administrada pela Entidade;
- As despesas administrativas de investimentos serão custeadas pelos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, na proporção dos recursos garantidores de cada um no total de recursos administrados pela FACEPI.

g) Ajustes e Eliminações

Houve ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação das demonstrações contábeis na conta de Participação no Fundo Administrativo referente ao Plano BD no valor de R\$ 8.845 mil e ao Plano CV no valor de R\$ 1.598 mil; totalizando o valor de R\$ 10.443 mil.

i) Regime de Tributação

i.1) Imposto de Renda

Por meio da Lei nº 11.053 de 29 de dezembro de 2004, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar ficaram dispensadas de retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicos e fundos de planos de benefícios.

De acordo com Lei mencionada no parágrafo anterior, a tributação do Imposto de Renda passou a incidir sobre os valores pagos aos participantes a título de benefícios ou resgates da reserva acumulada, com alíquotas variáveis de acordo com a opção do regime de tributação (tabela progressiva ou regressiva) escolhido pelo participante.

i.2) PIS e COFINS

Contribuições Sociais calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para o COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitado aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

NOTA 05 – ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL – ATIVOS E PASSIVOS

	R\$ mil					
	31.12.2014			31.12.2013		
	Original BD	C. Definida CV	Total	Original BD	C. Definida CV	Total
Contribuições do Mês						
- Patrocinadora	-	194	194	-	179	179
- Participante	-	195	195	-	180	180
	-	389	389	-	359	359
Contribuições Contratadas						
- Patrocinadora						
Contribuições em Atraso	28.089	-	28.089	34.505	-	34.505
Déficit Técnico Contratado	2.548	-	2.548	1.843	-	1.843
	30.637	-	30.637	36.348	-	36.348
Outros Realizáveis	1	-	1	1	-	1
TOTAL	30.638	389	31.027	36.349	359	36.708

5.1.1 – Parcelamento Contratado com a Patrocinadora

Foi assinado Contrato de número 087/97 PCJ, de Confissão e Parcelamento de Dívida entre a FACEPI e a sua Patrocinadora, COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA, em 19 de setembro de 1997, com as seguintes características:

A amortização em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais, com juros compostos de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, com base na tabela Price, vencíveis no último dia útil de cada mês, atualizado mensalmente pelo INPC do IBGE do mês anterior;

Saldo devedor sofrerá reajuste durante o período de carência, com início em 1o de julho de 1997 e término em 30 de junho de 2002, pelo INPC-IBGE, aplicado com 01 (um) mês de defasagem, acrescido de juros reais de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês;

Parcela em atrasos incidirá multa moratória de 1/30% (um trinta avos por cento) por dia de atraso.

A CEPISA já amortizou, até 31/12/2014, R\$ 34.902 mil referente a 147 parcelas da dívida (Até 31/12/2013, R\$ 30.699 mil referente a 135 parcelas). O saldo desta dívida em 31 de dezembro de 2014 representa o montante de R\$ 26.446 mil (R\$ 32.947 mil em 31.12.2013).

5.2 – Passivos

R\$ mil

	31.12.2014			31.12.2013		
	Original BD	C. Definida CV	Total	Original BD	C. Definida CV	Total
Passivos						
- Benefícios a Pagar	30	-	30	39	-	39
- Retenções a Recolher	63	8	71	33	5	38
- Outras Exigibilidades	50	-	50	51	-	51
TOTAL	143	8	151	123	5	128

5.2.1 – Benefícios a Pagar

Trata-se do saldo de benefícios previdenciários a pagar aos assistidos no mês seguinte ao da folha.

5.2.2 – Retenções a Recolher

Trata-se do saldo a recolher correspondente à retenção de tributos efetuada sobre os benefícios previdenciários.

5.2.3 – Outras exigibilidades

Registra os demais compromissos a pagar assumidos pelo plano, relativos à Gestão Previdencial.

NOTA 06 – GESTÃO ADMINISTRATIVA (PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA) – ATIVOS E PASSIVOS

	Valores em R\$ mil	
	2014	2013
Ativos		
Contas a Receber		
- Contribuições para custeio	42	39
- Responsabilidade de empregados	4	-
- Outros recursos a receber	155	555
	201	594
Total de Ativos	201	594
Passivos		
Contas a Pagar		
- Obrigações com pessoal	38	43
- Obrigações a recolher	23	14
- Serviços de terceiros	7	15
- Despesas gerais	1	8
- Retenções a recolher	13	12
	82	92
Total de Passivos	82	92

6.1 – Contas a Receber

Trata-se dos valores a receber referentes ao custeio administrativo a ser repassado pelos planos de benefícios.

6.2 – Contas a Pagar

Trata-se dos valores a pagar a empregados, prestadores de serviços e das retenções de tributos a recolher.

NOTA 07 – ATIVO PERMANENTE

IMOBILIZADO

DISCRIMINAÇÃO	TAXA	CUSTO	DEPREC.	2014	2013
				Vlr. Líq.	Vlr. Líq.
Móveis e Utensílios	10%	106	(28)	78	14
Máquinas e Equipamentos	10%	10	(6)	4	4
Direito de Uso de telefone		4	-	4	4
Hardware	20%	30	(25)	5	6
TOTAIS		150	(58)	91	28

A FACEPI efetuou no mês de setembro de 2014, inventário físico dos seus bens móveis. O controle patrimonial é efetuado através do sistema informatizado, e são conciliados com os registros contábeis. Durante o exercício de 2014, houveram compras de móveis projetados para o escritório da FACEPI, ocasionando o aumento nestes registros.

NOTA 8. GESTÃO DE INVESTIMENTOS – ATIVOS E PASSIVOS

Em 31 de dezembro, os planos de benefícios previdenciários executados pela Facepi possuíam os seguintes investimentos, em garantia do exigível atuarial, com base na Resolução CMN nº 4.275/2013:

Descrição	R\$ mil			
	31.12.2014			
	Plano BD	Plano CV	PGA	Total
Fundos de Investimentos	207.095	23.067	10.218	240.380
Investimentos Imobiliários	12.398	-	-	12.398
Empréstimos a Participantes	4.821	148	-	4.969
	224.314	23.215	10.218	257.747

Descrição	31.12.2013			
	Plano BD	Plano CV	PGA	Total
	Fundos de Investimentos	186.182	16.965	8.643
Investimentos Imobiliários	10.057	-	-	10.057
Empréstimos a Participantes	4.917	177	-	5.094
	201.157	17.142	8.643	226.941

Total dos Recursos Garantidores = saldo da conta disponível + saldo da conta de investimentos do ativo – saldo da conta de investimentos do passivo.

Os valores patrimoniais dos fundos no quadro abaixo podem apresentar diferença do saldo contábil por conter os valores de contas a pagar/receber e o saldo em tesouraria do fundo.

Para ter acesso a mais informações (regulamento, composição, etc.) dos fundos listados abaixo, acesse <http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/defaultCPublica.asp>.

PBD - 31.12.2014					
FUNDOS PBD	CNPJ	ISIN	CLASSIFICAÇÃO CMN 3.792	PATRIMÔNIO EM 31/12/2014	% DO RECURSO GARANTIDOR DO PLANO
BB TERESINA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.696.434/0001-29	BRTERSCTF006	RENDA FIXA	R\$ 128.247.936,69	57,16
MERCATTO ALIMENTOS FUNDO MÚTUO DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES	09.067.269/0001-60	BRMCALCTF006	ESTRUTURADOS	R\$ 3.074.620,59	1,37
FUNDO FATOR SINERGIA IV - FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	07.796.185/0001-31	BRSINQCTF002	RENDA VARIÁVEL	R\$ 6.484.257,57	2,89
RIO BRAVO ENERGIA I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	12.188.161/0001-30	BRRBENCTF005	ESTRUTURADOS	R\$ 2.949.398,50	1,31
FUNDO DE INVESTIMENTO FATOR FACEPI MULTIMERCADO	04.733.662/0001-21	BRFACCTF002	RENDA FIXA	R\$ 78.846.891,67	35,14
FUNDO FATOR SINERGIA V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	13.476.201/0001-01	BRSINCCTF002	RENDA VARIÁVEL	R\$ 3.177.564,65	1,42

TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO	R\$ 224.384.682,09
---	---------------------------

PCV - 31.12.2014

FUNDOS PCV	CNPJ	ISIN	CLASSIFICAÇÃO CMN 3.792	PATRIMÔNIO EM 31/12/2014	% DO RECURSO GARANTIDOR DO PLANO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO FATOR FACEPI PCV MULTIMERCADO	15.541.968/0001-00	BRPCV2CTF004	RENDA FIXA	R\$ 23.067.253,01	99,29
BRASIL PLURAL EQUITY HEDGE 30 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	15.912.753/0001-40	BRPCE3CTF003	ESTRUTURADOS	R\$ 513.505,56	2,21
KAPITALO KAPPA FIN FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADO	12.105.940/0001-24	BRKPT3CTF006	ESTRUTURADOS	R\$ 504.296,35	2,17
FRANKLIN MULTI ADVANCED FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADO	17.164.771/0001-17	BRFKL6CTF009	ESTRUTURADOS	R\$ 250.891,46	1,08
GAP LONG SHORT FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	07.279.819/0001-89	BRGAPLCTF000	ESTRUTURADOS	R\$ 260.942,06	1,12
FUNDO FATOR SINERGIA V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	13.476.201/0001-01	BRSINCCTF002	RENDA VARIÁVEL	R\$ 332.264,86	1,43
BB INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	02.296.928/0001-90	BRBBINCTF000	RENDA FIXA	R\$ 14.984.715,85	64,50
FUNDO DE INVESTIMENTO FATOR SIGMA INSTITUCIONAL MULTIMERCADO	06.097.344/0001-47	BRFPBICTF006	RENDA FIXA	R\$ 1.709.246,97	7,36
ARX TARGET FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	03.369.187/0001-93	BRTARGCTF009	RENDA FIXA	R\$ 520.301,61	2,24
PLURAL CAPITAL INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	11.628.865/0001-13	BRPLU8CTF001	RENDA FIXA	R\$ 3.473.788,18	14,95
ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO 5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	09.093.819/0001-15	BRIFT5CTF007	RENDA FIXA	R\$ 519.641,42	2,24

TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO R\$ 23.232.435,47

PGA - 31.12.2014

FUNDOS PGA	CNPJ	ISIN	CLASSIFICAÇÃO CMN 3.792	PATRIMÔNIO EM 31/12/2014	% DOS RECURSOS PGA
BB INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	02.296.928/0001-90	BRBBINCTF000	RENDA FIXA	R\$ 10.218.201,33	99,86

TOTAL DE RECURSOS PGA R\$ 10.233.002,82

8.1 – Fundos de Investimentos

Considerando as disposições da Resolução do CGPC nº 04/02, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

Títulos para negociação quando adquiridos com tal propósito, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição;

Títulos mantidos até o vencimento quando a intenção da Administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento e classificação de risco.

TÍTULOS MARCADOS NA CURVA - POSIÇÃO 31.12.2014

NTN-B (BB TERESINA FIMM - BBDTVM) RECURSOS PBD

CÓDIGO	DATA DA APLICAÇÃO	PAPEL	TX. AA (%)	INDEX.	VENCIMENTO	QTDE	PU DE MERCADO	VALOR DA APLICAÇÃO (\$)	VALOR BRUTO (\$)	VALOR LÍQUIDO
F71013	10/03/2014	1160392	6,865800	IPCA	15/08/2050	2000	2.287,048557	4.312.820,87	4.574.097,11	4.574.097,11
F73492	12/03/2014	1160392	6,910004	IPCA	15/08/2050	1000	2.274,068228	2.123.025,67	2.274.068,23	2.274.068,23
F75709	14/03/2014	1423244	6,120018	IPCA	15/08/2018	5100	2.554,761343	12.208.082,98	13.029.282,85	13.029.282,85
F80595	20/03/2014	1160392	7,041753	IPCA	15/08/2050	2100	2.236,136734	4.399.958,65	4.695.887,14	4.695.887,14
F80596	20/03/2014	1160353	7,011906	IPCA	15/08/2040	1000	2.274,920479	2.130.824,92	2.274.920,48	2.274.920,48
F84016	25/03/2014	1424069	6,543644	IPCA	15/08/2022	3300	2.487,342871	7.709.182,46	8.208.231,48	8.208.231,48
F84022	25/03/2014	1160397	6,792338	IPCA	15/08/2030	2900	2.383,210433	6.487.914,36	6.911.310,25	6.911.310,25
TOTAL								39.371.809,91	41.967.797,54	41.967.797,54

NTN-B (FATOR FACEPI FIMM - FATOR) RECURSOS PBD

CÓDIGO	DATA DA APLICAÇÃO	PAPEL	TX. AA (%)	INDEX.	VENCIMENTO	QTDE	PU DE MERCADO	VALOR DA APLICAÇÃO (\$)	VALOR BRUTO (\$)	VALOR LÍQUIDO
E837510	25/06/2013	382556	5,215329	IPCA	15/08/2024	1900	2.709,812081	4.741.988,93	5.148.642,95	5.148.642,95
E841694	28/06/2013	1160397	5,156444	IPCA	15/08/2030	3000	2.787,471355	7.698.879,65	8.362.414,06	8.362.414,06
E841697	28/06/2013	1160353	5,207011	IPCA	15/08/2040	5000	2.842,380779	13.055.663,45	14.211.903,90	14.211.903,90
E844494	03/07/2013	1424069	4,943699	IPCA	15/08/2022	460	2.727,606663	1.161.614,88	1.254.699,07	1.254.699,07
E853200	11/07/2013	1160392	5,599003	IPCA	15/08/2050	1800	2.721,313717	4.504.710,07	4.898.364,69	4.898.364,69
E859192	17/07/2013	1160353	5,448346	IPCA	15/08/2040	6000	2.754,559473	15.232.537,16	16.527.356,84	16.527.356,84
E859194	17/07/2013	1424069	5,187710	IPCA	15/08/2022	1875	2.689,046472	4.671.908,47	5.041.962,14	5.041.962,14
F62577	25/02/2014	382556	6,432231	IPCA	15/08/2024	1000	2.491,746182	2.314.876,20	2.491.746,18	2.491.746,18
F62666	25/02/2014	1424069	6,311608	IPCA	15/08/2022	1000	2.520,407991	2.342.942,04	2.520.407,99	2.520.407,99
F64485A	26/02/2014	1160397	6,510955	IPCA	15/08/2030	1000	2.446,595362	2.274.198,82	2.446.595,36	2.446.595,36
TOTAL								57.999.319,67	62.904.093,18	62.904.093,18

8.2 – Investimentos Imobiliários

Os ativos imobiliários estão demonstrados pelo valor do terreno e da construção precificados por reavaliações efetuadas; seis imóveis no exercício de 2014, suportadas por laudos técnicos emitidos pelo Engenheiro Civil Raimundo Mozart Correia Filho, CREA RNP 110064587-0, datados de 31 de março de 2014, e um imóvel (Edifício Morumbi Square) no exercício de 2013, suportada por Laudo Técnico emitido pela Arquiteta Ana Maria de Biazzi Dias de Oliveira, CREA 107.777 no dia 14 de maio de 2013, em cumprimento à Resolução CMN nº 3.792/09. Segue respectivamente abaixo os imóveis, quais sejam:

- imóvel Av. João XXIII, 1810 situado em Teresina-PI o valor do terreno passou de R\$ 423.878,00 para R\$ 510.000,00 e o da Construção de R\$ 304.234,00 para R\$ 870.000,00, essas atualizações lançadas nas contas 1236.04.03.01.001 e 1236.04.03.02.001 respectivamente em julho de 2014, ocorrendo a devida exclusão da depreciação anterior;
- imóvel Av. João XXIII, 1820 situado em Teresina-PI o valor do terreno passou de R\$ 423.878,00 para R\$ 510.000,00 e o da Construção de R\$ 342.566,00 para R\$ 970.000,00, essas atualizações lançadas nas contas 1236.04.03.01.001 e 1236.04.03.02.001 respectivamente em julho de 2014, ocorrendo a devida exclusão da depreciação anterior;
- imóvel (Dirceu) Av. Jose F. de A. Neto, Q-05 C-01 situado em Teresina-PI o valor do terreno passou de R\$ 270.000,00 para R\$ 495.000,00 e o da Construção de R\$ 249.786,18 para R\$ 275.000,00, essas atualizações lançadas nas contas 1236.04.02.01.001 e 1236.04.02.02.001 respectivamente em julho de 2014, ocorrendo a devida exclusão da depreciação anterior;
- imóvel Av. São Sebastião, 1604 situado em Parnaíba-PI o valor do terreno passou de R\$ 1.170.000,00 para R\$ 1.500.000,00 e o da Construção de R\$ 856.697,37 para R\$ 900.000,00, essas atualizações lançadas nas contas 1236.04.02.01.001 e 1236.04.02.02.001 respectivamente em julho de 2014, ocorrendo a devida exclusão da depreciação anterior;
- imóvel Rua Firmino Pires, 730 situado em Teresina-PI o valor do terreno passou de R\$ 117.354,00 para R\$ 170.000,00 e o da Construção de R\$ 294.810,00 para R\$ 295.000,00, essas atualizações lançadas nas contas 1236.04.03.01.001 e 1236.04.03.02.001 respectivamente em julho de 2014, ocorrendo a devida exclusão da depreciação anterior;
- imóvel Rua Santa Luzia, 910 situado em Teresina-PI o valor do terreno passou de R\$ 170.594,00 para R\$ 230.000,00 e o da Construção de R\$ 184.319,00 para R\$ 335.000,00, essas atualizações lançadas nas contas 1236.04.03.01.001 e 1236.04.03.02.001 respectivamente em julho de 2014, ocorrendo a devida exclusão da depreciação anterior.
- imóvel – 10º andar do Bloco “C” do Edifício Morumbi Square, situado à avenida Chucri Zaidan nº 80, Bairro do Brooklin – São Paulo – SP. O valor do terreno passou de R\$ 780.637,00 para R\$ 2.472.505,00 e o da Construção de R\$ 1.879.103,00 para R\$ 2.789.895,00, essas atualizações lançadas nas contas 1236.04.03.01.001 e 1236.04.03.02.001 respectivamente em maio de 2013, ocorrendo a devida exclusão da depreciação anterior, a rentabilidade dos imóveis neste período passou de 0,80% em abril para 37,60% em maio de 2013. Tal imóvel não foi reavaliado em 2014.

8.3 – Operações com Participantes

Registra as operações de empréstimos a participantes e assistidos nos termos das normas estatutárias e regulamentares. Essas operações são acrescidas de juros auferidos até a data do balanço pelo regime de competência, conforme se segue:

Juros correspondentes ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da última divulgação do IBGE, acrescidos de taxa, sendo que:

- Para os empréstimos de até 24 meses de prazo os juros serão de INPC + 0,75 ao mês;
- Para os empréstimos de 25 a 36 meses de prazo os juros serão de INPC + 0,80 ao mês;
- Para os empréstimos de 37 a 48 meses de prazo os juros serão de INPC + 0,90 ao mês;
- Para os empréstimos de 49 a 72 meses de prazo os juros serão de INPC + 1,0 ao mês;

NOTA 9 – CONTINGÊNCIAS

A Fundação é parte envolvida em duas ações judiciais de natureza cível, conforme detalhes abaixo:

1. **Processo** n. 417-61.2010.5.22;
 - 1.1. **Autor** – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Piauí – SINTEPI
 - 1.2. **Ré** – Fundação CEPISA de Seguridade Social – FACEPI e Companhia Energética do Piauí – CEPISA, hoje, ELETROBRÁS.
 - 1.3. **Valor Estimado na Causa – Inestimável, a princípio:** O autor postula o retorno da paridade (patrocinador – participante) de contribuição, bem como a nulidade do saldamento do plano de benefícios da FACEPI, condenando-se as rés no pagamento retroativo das contribuições, inclusive nas quotas dos participantes, bem como no pagamento todos os valores (contribuições da patrocinadora e dos participantes não repassadas à FACEPI desde o saldamento do plano, devidamente atualizada).
 - 1.4. **Não há depósitos judiciais;**
 - 1.5. **Data da interposição** – 13.11.2001;
 - 1.6. **Objeto** – Visa alcançar o retorno da paridade (patrocinador – participante) da contribuição, bem como a nulidade do saldamento do plano de benefícios da FACEPI, condenando-se as rés no pagamento retroativo das contribuições, inclusive nas quotas dos participantes, bem como no pagamento todos os valores (contribuições da patrocinadora e dos participantes não repassadas à FACEPI desde o saldamento do plano, devidamente atualizada).
 - 1.7. **Andamento do Processo** – Juízo de primeiro grau (3ª Vara do Trabalho) entendeu por suscitar conflito negativo de competência, determinando a remessa dos autos ao STJ para resolver o citado conflito; processo, em grau de recurso, foi ao TRT/22, que modificou o entendimento do juízo singular e apreciou o mérito da contenda, julgando improcedente a ação; parte vencida interpôs recurso de revista, cujo seguimento foi obstado por não preencher os requisitos estipulados em lei; parte autora apresentou agravo de instrumento contra o despacho que denegou seguimento a revista; agravo se encontra no TST, concluso ao relator, Ministra Kátia Magalhães Arruda; **em 16.10.2013 o TST negou provimento ao agravo de instrumento, afirmando o seguinte:** “Não se constata violação dos arts. 1º da Constituição Federal e 468 da CLT, porque, conforme o TRT, a decisão do saldamento foi tomada em conformidade com o § 6º do art. 202 da CF e art. 35 da LC 109/01, pelo conselho curador da FACEPI, órgão máximo da estrutura organizacional da entidade com representação dos participantes eleitos de forma direta entre seus pares, em número de seis, na forma do estatuto. Agravo de instrumento a que se nega provimento.” **O Sindicato, contudo, ajuizou recurso extraordinário.**
 - 1.8. **Probabilidade de ganho** – A possibilidade de a Fundação lograr definitiva vitória na contenda é muito grande. Processo foi adequadamente apreciado pela Corte de origem, à luz do Art.202, da CF, bem como da Lei Complementar 109/2001 e, ainda, com a prova pericial produzida no processo; o recurso de revista interposto não preenche os requisitos do Art.896, da CLT, motivos pelo qual a irresignação da SINTEPI, apresentado no AI não tem razão de ser. A nosso juízo trata-se de recurso protelatório.

2. **Processo** n. 0000613-16.2000.8.18.0140

- 2.1. **Autor** – Amadeu da Silva Barros;
- 2.2. **Ré** - Fundação CEPISA de Seguridade Social – FACEPI e Companhia Energética do Piauí – CEPISA, hoje, ELETROBRÁS;
- 2.3. **Valor estimado da causa** – R\$ 26.008.292,96;
- 2.4. **Depósito Judicial** – não há;
- 2.5. **Data da interposição** – 27.06.2000;
- 2.6. **Objeto** – Ação Popular que tem por finalidade anular o contrato de parcelamento de débito, no valor histórico de R\$ 26.008.292,96, firmado entre a Fundação e a Patrocinadora, decorrente de atraso no repasse das contribuições;
- 2.7. **Andamento do Processo** – Contestada a ação houve audiência de conciliação, instrução e julgamento; processo **permanece** concluso para julgamento;
- 2.8. **Probabilidade de ganho** – Nos autos há parecer o atuário Jessé Montello, onde demonstra que não houve lesividade aos interesses da Patrocinadora, dos Participantes e nem da Fundação; demanda complexa cujo desenrolar é imprevisível, notadamente em razão da instabilidade jurídica do julgador.

Baseado na avaliação de seus consultores jurídicos as chances da Fundação lograr êxito são grandes, desta forma a Administração, lastreada na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para eventuais perdas. Baseada nestas informações, a Fundação considera sólido o embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para sua defesa. A necessidade da constituição de provisão é analisada periodicamente.

NOTA 10 – PATRIMÔNIO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

10.1 – Patrimônio Social

O Patrimônio Social é composto do total de recursos próprios que pertence aos planos de benefícios que, em 31.12.2014, foi constituído de acordo com informações atuariais emitidas pela CONDE CONSULTORIA ATUARIAL LTDA., atuário independente contratado pela FACEPI, bem como com base na formação dos fundos patrimoniais da Gestão Administrativa e Fluxo de Investimentos.

10.2 – Patrimônio de Cobertura dos Planos

O Patrimônio de Cobertura do Plano é composto dos recursos próprios dos planos destinados exclusivamente para cobertura dos benefícios previdenciários atuais e futuros dos respectivos planos de benefícios.

Em 31 de dezembro, o Patrimônio Social do conjunto de planos previdenciários estava assim composto:

	R\$ mil		
	2013	Constituições	2014
Provisões Matemáticas			
Benefícios Concedidos			
- Plano BD	163.282	61.017	224.299
- Plano CV	722	4.146	4.868
	<u>164.004</u>	<u>65.163</u>	<u>229.167</u>
Benefícios a Conceder			
- Plano BD	141.079	(36.967)	104.112
- Plano CV	14.614	679	15.293
	<u>155.693</u>	<u>(36.288)</u>	<u>119.405</u>
Provisões Matemáticas a Constituir			
- Plano BD	(69.690)	(6.905)	(76.595)
	<u>(69.690)</u>	<u>(6.905)</u>	<u>(76.595)</u>
(A)	<u>250.007</u>	<u>21.970</u>	<u>271.977</u>
Superávit Técnico Acumulado			
(B)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Patrimônio de Cobertura do Plano			
(A) + (B)	<u>250.007</u>	<u>21.970</u>	<u>271.977</u>
Fundos			
Fundos Previdenciais			
- Plano CV	2.214	1.235	3.449
	<u>2.214</u>	<u>1.235</u>	<u>3.449</u>
Fundos Administrativo			
- Plano BD	7.974	871	8.845
- Plano CV	1.235	363	1.598
	<u>9.209</u>	<u>1.234</u>	<u>10.443</u>
Fundos de Investimentos			
- Plano BD	2.826	238	3.064
- Plano CV	2	1	3
	<u>2.828</u>	<u>239</u>	<u>3.067</u>
(C)	<u>14.251</u>	<u>2.708</u>	<u>16.959</u>
Patrimônio Social = (A) + (B) +(C)	<u>264.258</u>	<u>24.678</u>	<u>288.936</u>

As Reservas de Benefícios Concedidos referem-se à cobertura dos compromissos da FACEPI com as complementações de benefícios previdenciais, já concedidas aos participantes ou dependentes em gozo de tais benefícios.

As Reservas de Benefícios a Conceder, referem-se aos compromissos futuros da FACEPI com os participantes ativos que ainda não adquiriram o direito à percepção de tais benefícios, e com aqueles que já adquiriram esse direito, mas não o exerceram.

O Estatuto vigente da FACEPI foi alterado, sendo aprovadas as alterações, conforme Portaria 1.005 de 15/10/2002 da Secretaria de Previdência Complementar.

Com o saldamento do Plano de Benefício Definido em 30.11.2000 é importante que a SPC do MPAS, leve em consideração o exposto pelo atuário Jose Roberto Montello em seu e-mail ao secretário José Roberto Savoia no dia 17/08/2001 onde ele elabora um dossiê, as alterações do Regulamento para atender as resoluções CGPC 06 de 30/10/03 e resolução CGPC 08 de 19/02/2004 foram encaminhadas a SPC pelo ofício nº 0102/04 – PRÉ, de 21/04/2004. Essas alterações foram aprovadas através do Ofício 4.086/SPC/DETEC/CGSAT de 26/10/07 e Portaria 1.794 de 10/2007, sendo que em 15/01/08 os atos de aprovação foram anulados através do ofício nº 115/SPC/DETEC/CGAT.

Em 07/11/08 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou novamente as alterações do regulamento do Plano de Benefício Definido através do ofício 3815/SPC/DETEC/CGAT, onde cita textualmente que tal aprovação não alcança a data retroativa do saldamento em 30 de novembro de 2000, ficando assim indefinido, de quem será a responsabilidade de cobertura dos recursos para o período de 30 de novembro de 2000 até a presente data, caso haja demandas nesse sentido.

NOTA 11 – PROVISÕES MATEMATICAS

Conforme formalizado através do DA – Demonstrativo Atuarial, elaborado por atuário, foram utilizados os critérios abaixo evidenciados para o exercício de 2014, sendo as seguintes informações relevantes:

Hipóteses atuariais

Item	Descrição	Hipótese
1	Taxa real anual de juros	5,5% a.a.
2	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	
	2.1 - Dos salários	98%
	2.2 - Dos benefícios da entidade	98%
3	Hipótese sobre rotatividade	Nula
4	Tábua de mortalidade geral	qx da AT 2000 M/F suavizado em 10%
5	Tábua de mortalidade de inválidos	$q_x^i = q_x$ da MI - 85
6	Tábua de entrada de invalidez	LIGHT (Hamza)
7	Hipótese sobre composição de família de pensionista	Experiência regional

*1: Indexador Econômico: INPC do IBGE.

Características do plano

Benefícios	Nível básico do benefício	Modalidade do benefício	Regime financeiro	Método
Aposentadoria geral	em (SRB-Benef. INSS) >= 20% SRB	Benefício definido	Capitalização	Ortodoxo
Pensão por morte	De 60% a 100% da Aposentadoria	Benefício definido	Capitalização	Ortodoxo
Auxílio doença	SRB-Benef. INSS	Benefício definido	Repartição	Simple
Auxílio funeral	Valor fixo	Benefício definido	Repartição	Simple

12 – SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA

12.1 – Imposto de Renda – IR

Em 29.12.2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01.01.2005, ficam dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar. A partir de então, a tributação ocorre diretamente ao participante (na fonte) quando do resgate de sua reserva de poupança ou quando o mesmo passa à condição de assistido nos termos da legislação pertinente.

12.2 – Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para a Seguridade Social - COFINS

De acordo com a Lei nº 10.684/2003, a Facepi é obrigada ao pagamento mensal das contribuições PIS (à alíquota de 0,65%) e COFINS (à alíquota de 4%) incidentes sobre as receitas do Plano de Gestão Administrativa - PGA, inclusive rendimentos das aplicações com a dedução do ganho oriundo de vendas de bens do Ativo Permanente. Durante o exercício de 2014, a despesa com PIS e COFINS correspondeu a um total de R\$ 148 mil (2013: R\$ 116 mil).

12.3 – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

De acordo com a Lei nº 10.426/2002 as Entidades Fechadas de Previdência Complementar são isentas da CSLL.

13 – ATIVO CONTINGENCIAL

No ano de 1986, por meio do Decreto-Lei nº 2.228, foi criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, cuja constituição contou com a participação obrigatória das entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por empresas públicas, inclusive a Facepi como entidade privada de previdência complementar fechada, onde tiveram que aplicar o equivalente a 30% de suas reservas técnicas (atualmente denominadas de “Provisões Matemáticas”). Tendo em vista, a publicação do Decreto-Lei nº 2.383/87 e emissão de Circular pelo Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, alterando o indexador de atualização monetária dos valores investidos, bem como as regras para utilizações dos valores aplicados, acarretando desvantagens ao investimento realizado pelas entidades de previdência, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, desde o ano de 1991, ingressou em nome de suas associadas com processo judicial contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, quanto à observância dos expurgos inflacionários incidentes sobre a remuneração do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Em 29.11.2010 o processo transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça, tendo como relator o Ministro Luiz Fux e atualmente encontra-se em fase de execução mediante o Recurso Especial nº 1.163.879/RJ.

Considerando que, o registro contábil da receita de investimentos, decorrente dessa decisão judicial, depende ainda de confirmações futuras e ajuste nos valores estimados, bem como de acordo com o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, com a

Resolução CMN nº 3.792/09 e com a Orientação CVM nº 15/87, a Facepi não efetuou contabilização desse possível acréscimo aos investimentos, principalmente com o objetivo de evitar quaisquer registros contábeis que possam gerar dúvidas a respeito da posição financeira da entidade apresentada a cada exercício social.

Apresentamos a seguir os fatores que, pelo princípio da prudência e pela convenção do conservadorismo, não é recomendável a contabilização de tal direito no ano de 2010: a) os advogados, contratados pela ABRAPP, apresentam ressalva quanto à forma de cálculo e aos próprios valores apurados para identificação do direito de cada entidade fechada de previdência complementar envolvida nessa ação; b) há possibilidade de ação rescisória sobre a decisão judicial, cujo prazo de decadência é de dois anos contados a partir de 29.11.2010; c) o fundo de investimentos destinado para pagamento dos recursos devidos às entidades não publicou ou reconheceu a respectiva obrigação; d) o agente custodiante dos investimentos realizados por esta Fundação não tem o registro e guarda do respectivo valor mobiliário, conforme determina o Artigo 14 da Resolução CMN nº 3.792/09; e) pelo fato de cada ativo de investimentos, em uma entidade fechada de previdência complementar, tratar-se de Recurso Garantidor de Benefícios Previdenciários, o respectivo registro contábil não deve ser alvo de dúvidas quanto ao valor de direito, liquidez ou prazo de realização.

A Facepi continua com o acompanhamento sobre os fatos posteriores à decisão judicial, no sentido de verificar a confirmação dos fatores acima citados para avaliação sobre a possibilidade de reconhecimento da respectiva receita.

14 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A FACEPI é parte envolvida em alguns processos onde figura como ré. Entretanto, exceto pelos dois processos citados na Nota Explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2014, não existia nenhuma outra ação, de valor relevante, lavrada contra esta Fundação, que seus assessores jurídicos indiquem como de possível julgamento desfavorável por não haver decisão substantiva sobre essas ações.

15 – PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

Foi contratada a empresa PROBUS SUPORTE EMPRESARIAL S/C para elaboração do Plano de Contribuição Definida – CD, sendo concluído e apresentado no mês de setembro de 2003 à Patrocinadora COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUÍ – CEPISA. Foi aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Patrocinadora (CEPISA) conforme RES – 466/2003 e DEC – 016/2003.

Cumprindo o que determina a RES 16/2005 e IN 9/2006 passou a denominar-se Plano de Contribuição Variável - PCV, que foi iniciado em junho de 2010.

O controle e avaliação do passivo atuarial são de responsabilidade de CONDE CONSULTORIA ATUARIAL LTDA., contratado pela FACEPI para a avaliação do seu plano de benefício a partir de julho de 2010.

16 – GOVERNANÇA CORPORATIVA

Através da Resolução CGPC 13, de outubro de 2004, foram estabelecidos princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, a partir do exercício de 2005. A FACEPI vem cumprindo os requisitos para atender a referida Resolução.

17 – INFORMACÕES ADICIONAIS

Em dezembro de 2006, a FACEPI alterou a Tábua de Mortalidade Geral de CSO-58 para AT 83, que contrariava as determinações das resoluções CGPC 11 de 21/08/2002 e CGPC 18 de 28/03/2006. Visando atender estas resoluções foram solicitados estudos ao atuário do plano, que identificou como tabua aderente à massa de participantes (963 ativos, 127 não participantes, 403 aposentados e 176 pensionistas) da FACEPI, a tabua biométrica AT-83. Atendendo à lei e um menor impacto econômico-financeiro, ficou estabelecida entre a FACEPI e CEPISA a implantação desta tabua progressivamente, sendo 1/3 em 2006; 1/3 em 2007 e o restante em 2008. Essa mudança produziu reflexos nos cálculos das reservas atuariais.

Em dezembro de 2009, a FACEPI para atender sugestão do atuário na JM-2013/2008, após algumas análises e estudos levando em consideração a taxa selic, que serve de índice de referencia para as operações financeiras, resolveu prudentemente reduzir sua taxa atuarial de (INPC+6%a.a) para (INPC +5,75%a.a).

Visando atender as resoluções CGPC 18 de 28/03/2006 e CGPC 26 de 29/09/2008, o atual atuário CONDE CONSULTORIA ATUARIAL LTDA., identificou como tábua aderente à massa de participantes (1083 ativos, 372 não participantes, 416 aposentados e 242 pensionistas) da FACEPI a tábua biométrica AT-2000 M/F suavizado em 10%.

18 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Precificação das Obrigações Atuariais

Com a publicação da Resolução CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, a partir da elaboração do Balanço do ano de 2015, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC devem obedecer a novas regras para precificação do passivo atuarial (Provisões Matemáticas) dos planos, bem como para evidenciação do superávit e do déficit acumulados. Essas novas regras de precificação determinam que, a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos seja utilizada também como a taxa de desconto para atualização das obrigações atuarias dos planos de benefícios.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC anualmente divulgará taxas que serão referências para apuração da taxa de juros da meta atuarial de cada plano de benefícios, que deverá ser utilizada considerando a duração do passivo de cada plano (média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias, incidentes sobre esses benefícios e ponderada pelos valores presentes desses fluxos).

A adoção dessas novas regras (no Balanço de 2015) substituirá a redução gradual da taxa de juros da meta atuarial, até então exigida pela Resolução CNPC nº 9/2012 e demandará novos estudos técnicos para execução e acompanhamento da situação econômico-financeira dos planos de benefícios.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselheiros da
Fundação CEPISA de Seguridade Social – FACEPI
Teresina – PI

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação CEPISA de Seguridade Social – FACEPI** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação CEPISA de Seguridade Social – FACEPI** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Ênfase

a) Ações judiciais

Conforme comentado na nota explicativa nº 9 a **FACEPI** é parte envolvida em duas ações judiciais de natureza cível e, baseado na opinião de seus consultores jurídicos, há incertezas relacionadas com o resultado dessas ações e entendem que não há necessidade de constituir provisão para eventuais percas.

b) Precificação das obrigações atuariais

A Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012, determinou reduções na taxa juros atuariais a ser adotada pelos planos de previdência do país, com efeitos nas demonstrações contábeis de 2013. Essa taxa, que até o ano de 2013 estava determinada em 6% ao ano, obedece a uma escala de redução gradual de pelo menos em 0,25% ao ano, até chegar a 4,5% ao ano em 2018.

Conforme comentado na nota explicativa nº 18, foram estabelecidas novas regras de precificação das provisões matemáticas, com efeitos a partir do balanço de 2015, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos será utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano, substituindo, assim, a escala de redução gradual.

Teresina – PI, 03 de março 2015.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE – 000680/O-0 – “S” – PI

Paulo de Tarso M. Malta Jr

Contador – CRC-PE – 0018346/O – “S” – PI

8. PARECER DO ATUÁRIO

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL

Qualidade da base cadastral:

O cadastro utilizado nesta Avaliação corresponde ao mês de dezembro/2014, contempla todos os Participantes do Plano, tendo sido previamente submetido a processo de consistência, a partir do qual foi considerado válido para os cálculos atuariais.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

O Fundo Coletivo Previdencial é formado por saldo remanescente de desligamento, benefícios que se extinguiram e excedente de rentabilidade é subdividido em outros fundos que também são controlados por cotas, a apuração dos saldos remanescentes e controles das cotas dos fundos são de responsabilidade da FACEPI.

Variação do resultado:

Não houve variação do resultado, por ser um plano de Contribuição Variável.

Natureza do resultado:

Plano de Contribuição Variável. O resultado equilibrado continua de um ano para o outro.

Soluções para equacionamento de déficit:

Não há déficit.

Adequação dos métodos de financiamento:

Não há adequações a serem consideradas.

Outros fatos relevantes:

Conclui-se que o custeio do Plano de Benefícios, calculado pela CONDE CONSULTORIA, resultou em um total de 20,57% dos Salários de Participação.

O Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios PCV em 31/12/2014 é de R\$20.160.943, para fazer frente às Reservas Matemáticas que totalizaram R\$20.160.943, concluímos que o plano está equilibrado.

O Fundo Previdencial está constituído no valor de R\$ 3.448.684,83, conforme informação da FACEPI.

Conforme estudo de aderência de hipóteses biométricas elaborado pela Conde Consultoria Atuarial, revelou que as tábuas adotadas na última Avaliação Atuarial para o Plano de Benefícios estão satisfatórias com a realidade da massa de Participantes e Assistidos e as Bases Técnicas utilizadas para avaliar o Plano de Benefícios, também estão aderentes e adequadas.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefícios PCV da Fundação Cepisa de Seguridade Social FACEPI encontra-se em situação financeiro-atuarial equilibrada.

A Conde Consultoria Atuarial identificou que as contribuições necessárias para cobertura dos benefícios de risco, identificadas atuarialmente pela Conde Consultoria e previstas no Plano Anual de Custeio da FACEPI, não foram recolhidas no ano de 2014, assim, com o recolhimento de contribuições para os benefícios de risco menor do que o necessário poderá comprometer o equilíbrio do Plano de Benefícios.

Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinado com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas

com os encargos de aposentadorias, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais, para as rendas vitalícias.

Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIO Nº 002

Qualidade da base cadastral:

Os dados cadastrais fornecidos pela FACEPI, que serviram de base para esta avaliação, correspondem ao mês de setembro/2014. As informações enviadas pela FACEPI foram submetidas a um processo de verificação de inconsistências:

Verificação de inconsistências pelo isolamento da informação (as informações referentes a um determinado participante do cadastro são analisadas isoladamente); e validação por meio de processo comparativo entre informações totalizáveis e resultados referentes às bases de informações de meses anteriores.

Após a identificação das inconsistências pelo programa de testes e das correções da base feitas pela FACEPI, os dados foram ajustados e validados para o cálculo atuarial.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

Não há.

Variação do resultado:

Nada a comentar.

Natureza do resultado:

O Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios 002 em 31/12/2014 é de R\$251.815.510,82 para fazer frente às Reservas Matemáticas que totalizaram R\$251.815.510,82.

Soluções para equacionamento de déficit:

Conforme Aditivo de Nº 01 ao termo de compromisso firmado em 11/12/2000, há o reconhecimento da dívida que será paga em 240 parcelas, sendo que, restam 72 parcelas no valor de R\$1.063.825,04 referente a amortização do déficit que em 31/12/2014 foi calculado em R\$76.595.402,61.

Adequação dos métodos de financiamento:

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido na legislação vigente.

Outros fatos relevantes:

Foi detectado que a Patrocinadora não repassou todas as contribuições no prazo determinado, descumprindo o regulamento do plano e plano de custeio.

Foi apurado em documentos solicitados a FACEPI que três parcelas referentes às despesas administrativas e amortização do déficit no valor total de R\$5.203.596,86 não foram recolhidas.

O Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios 002 em 31/12/2014 é de R\$251.815.510,82 para fazer frente às Reservas Matemáticas que totalizaram R\$251.815.510,82.

Os resultados apresentados nesta avaliação expressam um custo anual de R\$14.741.400,44.

Conforme estudo de aderência de hipóteses biométricas elaborado pela Conde Consultoria Atuarial, as tábuas adotadas na última Avaliação Atuarial para o Plano de Benefícios estão satisfatórias com a realidade da massa de Participantes e Assistidos e as Bases Técnicas utilizadas para avaliar o Plano de Benefícios também estão aderentes e adequadas.

Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefícios Previdenciário Nº 002 da FACEPI Fundação CEPISA de Seguridade Social encontra-se em situação financeiro-atuarial equilibrada, uma vez que por força de contrato mantido com a FACEPI, a Patrocinadora automaticamente absorveu o déficit apurado no exercício de 2014. Vale salientar que na Avaliação Atuarial de um Plano de Benefícios utiliza-se dos cálculos de probabilidades combinado com a matemática financeira, e tendo em vista que estimamos despesas com os encargos de aposentadorias e pensões, dentro de períodos futuros é comum trabalharmos com hipóteses e premissas atuariais. Assim, os resultados da Avaliação Atuarial são extremamente sensíveis às variações dessas hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e modificações futuras nas experiências observadas como: crescimento salarial, rotatividade, capacidade de benefícios e salarial, mortalidade e invalidez poderão implicar em variações substanciais nos resultados atuariais.

9. PARECER DOS CONSELHOS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação CEPISA de Seguridade Social – FACEPI, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade e o artigo 19, da Resolução CGPC 13, de 01 de outubro de 2004, tendo procedido ao exame do BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (por Plano de Benefício Previdencial), DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (Consolidado) DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (por Plano de Benefício Previdencial), DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (Consolidado e por Plano de Benefício Previdencial), DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (por Plano de Benefício Previdencial), das NOTAS EXPLICATIVAS às DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, referentes ao exercício social findado em 31/12/2014 e respaldado no Parecer da PHF Auditores Independentes S/S datado de 03 de março de 2015, são de opinião que as referidas demonstrações representam adequadamente a posição patrimonial financeira da Fundação CEPISA de Seguridade Social – FACEPI, em 31/12/2014, recomendando sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Teresina, 28 de maio de 2015.

TEÔNIA ALMEIDA DO VALE COSTA
Presidente do Conselho

LUCYANA NAHMÍAS FERREIRA
Conselheira

VALDEMAR DA SILVA TORRES
Conselheiro

ANTONIO CARLOS ALVES DOS REIS
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação CEPISA de Seguridade Social – FACEPI, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, tendo procedido ao exame dos DEMONSTRATIVOS ATUARIAIS – DAs do Plano de Benefícios Previdenciários nº 002 e do Plano de Contribuição Variável, BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (por Plano de Benefício Previdencial), DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (Consolidado) DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (por Plano de Benefício Previdencial), DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (Consolidado e por Plano de Benefício Previdencial), DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (por Plano de Benefício Previdencial), referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2014 e respaldados nas Notas Explicativas, nas Demonstrações Contábeis e no Parecer Atuarial emitido em maio de 2014 pela CONDE – Consultoria Atuarial Ltda., bem como no Parecer da empresa, PHF Auditores Independentes S/S datado de 03 de março de 2014, e no parecer do Conselho Fiscal da FACEPI emitido em 28 de maio de 2015, à unanimidade, declaram concordância com os citados documentos, aprovando-os.

Teresina, 28 de maio de 2015.

CARLOS EDUARDO SOARES DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

PAULO ERNANY DE ASSUNÇÃO ALVARENGA
Conselheiro

ROBERT ROSA DA SILVA
Conselheiro

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA
Conselheiro

10. DESPESAS 2014

PLANO BD							
DESPESA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	SEMESTRE
Dirigentes	17.842,15	17.849,29	17.840,13	25.800,22	20.489,20	20.473,14	120.294,13
Pessoal Próprio	39.763,45	39.649,88	39.545,06	40.077,06	44.704,43	43.882,03	247.621,91
Estagiários	618,66	618,91	309,30	309,13	309,16	308,91	2.474,07
Atuária	4.632,21	4.641,78	4.646,07	4.650,24	62.925,74	4.925,74	86.421,78
Auditoria Externa	1.923,64	1.927,62	1.929,40	1.931,13	1.933,13	1.933,13	11.578,05
Assessoria Jurídica	3.811,55	5.519,04	7.614,74	-	5.055,68	7.605,39	29.606,40
Outras Consultorias	3.300,45	3.234,20	3.308,93	3.307,07	3.307,45	3.304,86	19.762,96
TOTAL	67.252,37	62.814,38	45.597,99	56.650,38	53.439,46	50.955,11	336.709,69
PLANO CV							
DESPESA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	SEMESTRE
Dirigentes	20.474,46	20.545,16	20.499,76	(3.451,31)	21.933,71	26.720,36	106.722,14
Pessoal Próprio	51.169,65	62.015,53	46.218,41	47.044,25	55.985,37	49.297,00	311.730,21
Estagiários	238,17	-	-	-	-	-	238,17
Atuária	4.932,73	4.980,48	4.972,02	4.964,88	4.964,23	4.968,77	29.783,11
Auditoria Externa	1.935,87	1.954,61	1.951,29	1.948,49	1.948,23	1.950,02	11.688,51
Assessoria Jurídica	2.000,00	3.884,59	5.126,00	9.664,17	-	6.468,45	27.143,21
Outras Consultorias	3.305,08	1.532,39	5.313,68	3.303,04	3.298,53	3.509,39	20.262,11
TOTAL	51.607,08	49.216,08	79.979,53	55.986,61	67.458,19	90.359,28	394.606,77
PLANO CV							
DESPESA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	SEMESTRE
Dirigentes	3.037,85	3.030,71	3.039,87	4.413,12	3.501,92	3.517,98	20.541,45
Pessoal Próprio	6.490,51	6.447,07	6.458,11	6.578,42	7.354,87	7.269,79	40.598,77
Estagiários	105,34	105,09	52,70	52,87	52,84	53,09	421,93
Atuária	1.236,67	1.227,10	1.222,81	1.218,64	1.284,41	1.284,41	7.474,04
Auditoria Externa	513,56	509,58	507,80	506,07	504,07	504,07	3.045,15
Assessoria Jurídica	648,33	937,09	1.297,52	-	650,45	1.306,87	4.840,26
Outras Consultorias	561,94	549,14	563,82	565,68	565,30	567,89	3.373,77
TOTAL	3.633,76	3.448,40	2.632,90	3.355,80	3.465,83	3.143,05	19.679,74
PLANO CV							
DESPESA	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	SEMESTRE
Dirigentes	3.516,66	3.445,96	3.491,36	(557,63)	3.818,31	4.599,64	18.314,30
Pessoal Próprio	8.437,21	10.141,60	7.674,74	7.754,28	9.494,53	8.208,38	51.710,74
Estagiários	40,90	-	-	-	-	-	40,90
Atuária	1.277,42	1.229,67	1.238,13	1.245,27	16.455,25	16.450,71	37.896,45
Auditoria Externa	501,33	482,59	485,91	488,71	488,97	487,18	2.934,69
Assessoria Jurídica	-	651,54	660,13	1.584,09	-	679,68	3.575,44
Outras Consultorias	567,67	257,02	642,41	569,71	574,22	363,36	2.974,39
TOTAL	3.626,11	3.335,44	5.905,98	4.212,59	5.367,23	7.682,05	30.129,40

11. INVESTIMENTOS

TOTAL DE INVESTIMENTOS DA FUNDAÇÃO PLANO BD – ANO DE 2014 (CONFORME RESOLUÇÃO 3792)

INVESTIMENTOS	2014			2013			%	
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	2014	2013
	199.475.059,84	202.439.687,35	203.080.255,01	196.362.542,96	195.857.884,30	196.179.882,63	100,00	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTO	184.847.108,14	187.826.856,57	188.480.218,04	184.058.742,02	183.493.653,76	183.714.084,46	92,81	93,69
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	10.043.051,69	10.032.838,94	10.032.838,94	7.397.272,32	7.394.578,25	7.387.722,54	4,94	3,77
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	4.584.900,01	4.579.991,84	4.567.198,03	4.906.528,62	4.969.652,29	5.078.075,63	2,25	2,54

INVESTIMENTOS	2014			2013			%	
	ABRIL	MAIO	JUNHO	ABRIL	MAIO	JUNHO	2014	2013
	203.676.083,00	207.726.016,90	208.724.859,22	199.092.986,84	198.827.267,37	196.681.388,15	100,00	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTO	189.178.066,14	193.164.214,25	193.821.098,58	186.584.552,50	183.499.730,27	181.339.490,49	92,86	92,74
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	9.930.818,83	9.930.818,83	10.083.687,50	7.396.981,22	10.108.204,31	10.098.602,03	4,83	4,64
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	4.567.198,03	4.630.983,82	4.820.073,14	5.111.453,12	5.219.332,79	5.243.295,63	2,31	2,62

INVESTIMENTOS	2014			2013			%	
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	2014	2013
	210.829.396,77	211.731.544,67	210.104.907,30	197.326.191,06	196.957.746,56	198.919.282,59	100,00	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTO	193.881.860,16	194.889.706,97	193.204.111,71	182.060.792,48	181.693.625,77	183.654.391,95	91,96	92,28
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	12.289.640,50	12.278.227,99	12.281.314,39	10.105.285,99	10.085.667,86	10.070.024,25	5,85	5,10
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	4.657.896,11	4.563.609,71	4.619.481,20	5.160.112,59	5.178.452,93	5.194.866,39	2,20	2,62

INVESTIMENTOS	2014			2013			%	
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	2014	2013
	210.223.293,56	210.540.907,21	223.934.980,59	199.405.504,60	201.431.071,56	201.156.499,64		100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTO	193.262.195,46	193.678.064,66	207.094.828,39	184.090.122,51	186.116.389,79	186.182.040,59	92,48	92,56
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	12.270.901,88	12.245.489,37	12.248.076,86	10.043.857,36	10.050.251,43	10.056.780,39	5,47	5,00
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	4.690.196,22	4.617.353,18	4.592.075,34	5.271.524,73	5.264.430,34	4.917.678,66	2,05	2,44

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DA FACEPI PLANO BD – ANUAL					
INVESTIMENTOS	RENTABILIDADE ACUMULADA (%)	CDI		ADMINISTRADO POR TERCEIROS	ADMINISTRADO PELA FACEPI
FUNDOS	8,31	10,81		100%	-
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	30,86	10,81		-	100%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	19,20	10,81		-	100%
INVESTIMENTOS TOTAIS	9,87	10,81		92,48%	7,52%

RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE RECURSOS	EMPRESA RESPONSÁVEL PELA CUSTÓDIA	EMPRESA RESPONSÁVEL PELA AUDITORIA DE GESTÃO
<p>Nome: BB GESTÃO DE RECURSOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S. A. CNPJ: 30.822.936/0001-69 Telefone:(21)3808-7544 Responsável: Luiz Eduardo Terra de Faria e-mail: bbdtvm.distribuicao@bb.com.br</p> <p>Nome: BANCO FATOR S. A. CNPJ: 33.644.196/0001-06 Telefone: (11)3049-9138 Responsável: Antônio Carlos da Rocha Conceição e-mail: farinstitucional@bancofator.com.br</p>	<p>Nome: ITAÚ UNIUBANCO S. A. CNPJ: 60.701.190/0001-04 Telefone:(011)3072-6037 Responsável:Fernanda Burim e-mail: Fernanda.burim@itau-unibanco.com.br</p>	<p>Nome: PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S CNPJ: 10.292.352/0001-11 Telefone:(081)3467-4565 e-mail: phf@phfaudidores.com.br</p>

TOTAL DE INVESTIMENTOS DA FUNDAÇÃO PLANO CV – ANO DE 2014 (CONFORME RESOLUÇÃO 3792)

INVESTIMENTOS	2014			2013			%	
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	2014	2013
	17.402.579,91	17.901.29,27	18.346.714,71	11.110.798,97	11.596.234,83	12.080.028,94	100,00	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTO	17.233.077,16	17.736.476,39	18.181.745,96	10.971.091,34	11.450.962,15	11.933.203,19	99,10	98,76
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	0	0	0				0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	169.502,75	165.252,88	164.968,75	139.707,63	145.272,68	146.825,75	0,90	1,24

INVESTIMENTOS	2014			2013			%	
	ABRIL	MAIO	JUNHO	ABRIL	MAIO	JUNHO	2014	2013
	18.846.923,37	19.320.666,93	19.723.207,21	12.531.156,89	13.066.293,11	13.599.249,98	100,00	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTO	18.682.375,54	19.161.966,67	19.557.638,96	12.377.673,77	12.870.510,91	13.408.977,25	99,16	98,63
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	0	0	0				0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	164.547,83	158.700,26	165.568,25	153.483,12	195.782,20	190.272,73	0,84	1,37

INVESTIMENTOS	2014			2013			%	
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	2014	2013
	20.236.337,86	20.760.227,05	21.233.969,78	14.130.234,64	14.582.546,36	15.212.233,82	100,00	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTO	20.082.433,50	20.611.028,72	21.084.014,10	13.937.419,01	14.394.967,01	15.019.545,34	99,29	98,69
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	0	0	0				0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	153.904,36	149.198,33	149.955,68	192.815,63	187.579,35	192.688,48	0,71	1,31

INVESTIMENTOS	2014			2013			%	
	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	2014	2013
	21.775.836,68	22.361.602,75	23.207.253,01	15.704.286,94	16.243.467,81	17.141.438,32	100,00	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTO	21.631.224,89	22.215.971,62	23.067.253,01	15.516.173,74	16.057.613,38	16.964.720,92	99,40	98,97
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	0	0	0				0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	144.611,79	145.631,13	140.083,30	188.113,20	185.854,43	176.717,40	0,60	1,03

RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DA FACEPI PLANO CV – ANUAL				
INVESTIMENTOS	RENTABILIDADE ACUMULADA (%)	CDI	ADMINISTRADO POR TERCEIROS	ADMINISTRADO PELA FACEPI
FUNDOS	9,96	10,81	100%	-
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	-	10,81	-	-
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	18,31	10,81	-	100%
INVESTIMENTOS TOTAIS	10,63	10,81	99,40%	0,60%

RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE RECURSOS	EMPRESA RESPONSÁVEL PELA CUSTÓDIA	EMPRESA RESPONSÁVEL PELA AUDITORIA DE GESTÃO
<p>Nome: BANCO FATOR S. A. CNPJ: 33.644.196/0001-06 Telefone: (11)3049-9138 Responsável: Antônio Carlos da Rocha Conceição e-mail: farinstitucional@bancofator.com.br</p>	<p>Nome: ITAÚ UNIUBANCO S. A. CNPJ: 60.701.190/0001-04 Telefone:(011)3072-6037 Responsável:Fernanda Burim e-mail: Fernanda.burim@itau-unibanco.com.br</p>	<p>Nome: PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S CNPJ: 10.292.352/0001-11 Telefone:(081)3467-4565 e-mail: phf@phfaudidores.com.br</p>

12. INFORMAÇÕES SOBRE A POLITICA DE INVESTIMENTOS

Relatório Resumo da Política de Investimentos da Fundação Cepisa de Seguridade Social Aprovada para o exercício de 2014

Plano de Benefícios: Plano de Benefício Definido (BD)

Nº da ata de aprovação: 11

Data aprovação pelo Conselho Deliberativo: 18/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Lídia Francisca Falcão Carvalho

Qualificado - AETQ: Airemoraes

CPF: 132.031.343-49

Cargo: Diretora Financeira

Segmento: Plano de Benefícios

Tx mínima atuarial (TMA): Taxa de juros: 5,5% aa

Indexador: INPC

Controle de Riscos: Risco de Mercado
Risco de Liquidez
Risco de Contraparte
Risco Legal
Risco Operacional
Outros

Comentários: Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

Alocação de Recursos			
Período de referência: 01/2014 a 12/2014			
Investimentos	P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Renda Fixa	59,44%	100,00%	67,30%
Renda Variável	10,42%	19,34%	14,88%
Investimentos Estruturados	2,92%	14,70%	11,31%
Investimentos no Exterior	0,00%	5,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	8,00%	4,27%
Operações com Participantes	0,00%	15,00%	2,24%
Utiliza Derivativos:	SIM		

Limites por Modalidade de Investimento		
Modalidade de Investimento	Limites	
	Legal	Política
Renda Fixa	100%	100%
Títulos da dívida mobiliária federal	100%	100%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80%	80%
Letras Financeiras (LF), Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	80%	80%
Debêntures	80%	80%
Notas Promissórias	20%	20%
Cédulas de crédito bancário (CCB) e certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB)	20%	20%
Notas de crédito à exportação (NCE) e cédulas de crédito à exportação (CCE)	20%	20%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDCs	20%	20%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	20%	20%
Cédulas de crédito imobiliário (CCI)	20%	20%
Títulos do agronegócio (CPR; CDCA; CRA e Warrant Agropecuário)	20%	20%
Demais títulos e valores mobiliários (exceto debêntures) de companhias abertas, exceto de securitizadoras	20%	20%
Renda Variável	70%	19,34%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa	70%	19,34%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 2 da BM&FBovespa	60%	19,34%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Bovespa Mais da BM&FBovespa	50%	19,34%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 1 da BM&FBovespa	45%	19,34%
Ações sem classificação de governança corporativa + cotas de fundos de índices de ações (ETFs)	35%	19,34%
Títulos e valores mobiliários de emissão de Sociedades de Propósito Específico (SPEs)	20%	19,34%
Debêntures com part. nos lucros + Cert. Potencial Adicional de Construção + Crédito de Carbono + Ouro	3%	3%

Investimentos estruturados	20%	14,70%
Fundos de participação	20%	14,70%
Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes	20%	14,70%
Fundos Imobiliários	10%	10%
Fundos multimercado cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela CVM	10%	10%
Investimentos no exterior	10%	10%
Imóveis	8%	8%
Operações com participantes	15%	15%

Meta de Rentabilidade por Segmento de Aplicação		
Segmento	Benchmark	Meta de Rentabilidade
PLANO	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,50% aa
Renda Fixa	INPC + 5,50% aa	INPC + 6,00% aa
Renda Variável	IBrX + 5%aa	INPC + 8,88% aa
Investimentos Estruturados	IFM	INPC + 7,18% aa
Investimentos no Exterior	INPC + 6,24% aa	INPC + 6,24% aa
Imóveis	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,50% aa
Operações com Participantes	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,50% aa

Relatório Resumo - Política de Investimentos - Fundação Cepisa de Seguridade Social

Aprovada para o exercício de 2014

Plano de Benefícios: Plano de Contribuição Variável - PCV

Nº da ata de aprovação: 11

Data aprovação pelo Conselho Deliberativo: 18/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente Lídia Francisca Falcão Carvalho

Qualificado - AETQ: Airemoraes

CPF: 132.031.343-49

Cargo: Diretora Financeira

Segmento: Plano de Benefícios

Índices de Referência		
Segmento	Benchmark	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	INPC + 5,50% aa	INPC + 6,00% aa
Renda Variável	IBrX + 5%aa	INPC + 8,88% aa
Investimentos Estruturados	IFM	INPC + 7,18% aa
Investimentos no Exterior	INPC + 6,24% aa	INPC + 6,24% aa
Imóveis	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,50% aa
Operações com Participantes	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,50% aa

Controle de Riscos: Risco de Mercado
Risco de Liquidez
Risco de Contraparte
Risco Legal
Risco Operacional
Outros

Comentários: Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

Alocação de Recursos			
Período de referência: 01/2014 a 12/2014			
Investimentos	P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Renda Fixa	44,54%	100,00%	63,63%
Renda Variável	7,00%	34,00%	24,28%
Investimentos Estruturados	4,00%	14,00%	10,77
Investimentos no Exterior	0,00%	5,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	8,00%	0,00%
Operações com Participantes	0,00%	15,00%	1,32%
Utiliza Derivativos:	SIM		

Limites por Modalidade de Investimento		
Modalidade de Investimento	Limites	
	Legal	Política
Renda Fixa	100%	100%
Títulos da dívida mobiliária federal	100%	100%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80%	80%
Letras Financeiras (LF), Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	80%	80%
Debêntures	80%	80%
Notas Promissórias	20%	20%
Cédulas de crédito bancário (CCB) e certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB)	20%	20%
Notas de crédito à exportação (NCE) e cédulas de crédito à exportação (CCE)	20%	20%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDCs	20%	20%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	20%	20%
Cédulas de crédito imobiliário (CCI)	20%	20%
Títulos do agronegócio (CPR; CDCA; CRA e Warrant Agropecuário)	20%	20%
Demais títulos e valores mobiliários (exceto debêntures) de companhias abertas, exceto de securitizadoras	20%	20%
Renda Variável	70%	34%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da	70%	34%

BM&FBovespa		
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 2 da BM&FBovespa	60%	34%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Bovespa Mais da BM&FBovespa	50%	34%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 1 da BM&FBovespa	45%	34%
Ações sem classificação de governança corporativa + cotas de fundos de índices de ações (ETFs)	35%	34%
Títulos e valores mobiliários de emissão de Sociedades de Propósito Específico (SPEs)	20%	20%
Debêntures com part. nos lucros + Cert. Potencial Adicional de Construção + Crédito de Carbono + Ouro	3%	3%
Investimentos estruturados	20%	14%
Fundos de participação	20%	14%
Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes	20%	14%
Fundos Imobiliários	10%	10%
Fundos multimercado cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela CVM	10%	10%
Investimentos no exterior	10%	5%
Imóveis	8%	8%
Operações com participantes	15%	15%

Meta de Rentabilidade por Segmento de Aplicação		
Segmento	Benchmark	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	INPC + 5,50% aa	INPC + 6,00% aa
Renda Variável	IBrX + 5%aa	INPC + 8,88% aa
Investimentos Estruturados	IFM	INPC + 7,18% aa
Investimentos no Exterior	INPC + 6,24% aa	INPC + 6,24% aa
Imóveis	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,50% aa
Operações com Participantes	INPC + 5,50% aa	INPC + 5,50% aa

Relatório Resumo - Política de Investimentos - Fundação Cepisa de Seguridade Social
Aprovada para o exercício de 2014

Plano de Benefícios: Plano de Gestão Administrativa – PGA

Nº da ata de aprovação: 11

Data aprovação pelo Conselho Deliberativo: 18/12/2013

Administrador Estatutário Tecnicamente

Qualificado - AETQ: Lídia Francisca Falcão Carvalho Airemoraes

CPF: 132.031.343-49

Cargo: Diretora Financeira

Segmento: Plano de Benefícios

Índice de Referência		
Segmento	Benchmark	Meta de Rentabilidade
Plano	CDI	CDI

Controle de Riscos: Risco de Mercado
 Risco de Liquidez
 Risco de Contraparte
 Risco Legal
 Risco Operacional
 Outros

Comentários: Os diversos tipos de riscos aqui apresentados são monitorados pela própria Entidade e/ou por prestadores de serviços tais como: gestor/administrador, custodiante, consultorias.

Alocação de Recursos			
Período de referência: 01/2014 a 12/2014			
Investimentos	P.I. (Piso)	P.I. (Teto)	Alvo
Renda Fixa	0,00%	100,00%	100,00%
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%
Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%
Operações com Participantes	0,00%	0,00%	0,00%
Utiliza Derivativos:	SIM		

Limites por Modalidade de Investimento		
Modalidade de Investimento	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
Renda Fixa	100%	100%
Títulos da dívida mobiliária federal	100%	100%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80%	80%
Letras Financeiras (LF), Certificados de Depósito Bancário (CDB) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	80%	80%
Debêntures	80%	80%
Notas Promissórias	20%	20%
Cédulas de crédito bancário (CCB) e certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB)	20%	20%
Notas de crédito à exportação (NCE) e cédulas de crédito à exportação (CCE)	20%	20%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDCs	20%	20%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	20%	20%
Cédulas de crédito imobiliário (CCI)	20%	20%
Títulos do agronegócio (CPR; CDCA; CRA e Warrant Agropecuário)	20%	20%
Demais títulos e valores mobiliários (exceto debêntures) de companhias abertas, exceto de securitizadoras	20%	20%
Renda Variável	70%	0%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa	70%	0%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 2 da BM&FBovespa	60%	0%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Bovespa Mais da BM&FBovespa	50%	0%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 1 da BM&FBovespa	45%	0%
Ações sem classificação de governança corporativa + cotas de fundos de	35%	0%

Índices de ações (ETFs)		
Títulos e valores mobiliários de emissão de Sociedades de Propósito Específico (SPEs)	20%	0%
Debêntures com part. nos lucros + Cert. Potencial Adicional de Construção + Crédito de Carbono + Ouro	3%	0%
Investimentos estruturados	20%	0%
Fundos de participação	20%	0%
Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes	20%	0%
Fundos Imobiliários	10%	0%
Fundos multimercado cujos regulamentos observem exclusivamente a legislação estabelecida pela CVM	10%	0%
Investimentos no exterior	10%	0%
Imóveis	8%	0%
Operações com participantes	15%	0%

Apreçamento de Ativos Financeiros (PBD, PCV, PGA)

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, exclusivos ou não, nos quais o plano aplica recursos devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM e pela ANBIMA. Isso não exclui a possibilidade, porém, de o plano contabilizar os títulos que pretende carregar até o vencimento pela taxa de compra do papel, método chamado de marcação na curva.

A metodologia para apreçamento deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pela EFPC (para negociação ou mantidos até o vencimento), observado adicionalmente o disposto na Res. CGPC n.º 04, de 30 de janeiro de 2002.

O método e as fontes de referência adotada para apreçamento dos ativos pela Entidade são os mesmos estabelecidos por seu custodiante e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendável que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas ou em bolsas de valores, mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

De acordo com o manual de boas práticas da Previc “A verificação do equilíbrio econômico e financeiro dos planos de benefícios depende da precificação dos ativos, ou seja, é preciso que a entidade busque, diretamente ou por meio de seus prestadores de serviços, modelos adequados de apreçamento. A forma de avaliação deve seguir as melhores práticas do mercado financeiro na busca do preço justo, considerando-se ainda a modalidade do plano de benefícios”.

O controle da marcação dos papéis é feito por meio de relatórios gerados mensalmente por consultores contratados.

Gestão de Risco (PBD, PCV, PGA)

Em linha com o que estabelece o Capítulo III, “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco”, da Resolução CMN nº 3792/2009, reforçado pelo Guia de Melhores Práticas da PREVIC, a verificação e controle dos riscos inerentes à gestão do plano de benefícios devem ser realizados de forma proativa pela Entidade, estabelecendo os alicerces para a implementação do modelo de Supervisão Baseada em Risco.

Esta Fundação CEPISA de Seguridade Social - FACEPI estabelece regras que permitem identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, atuarial, operacional, legal, sistêmico e terceirização.

A definição dos limites de riscos depende de alguns fatores, como: Definição das formas de medir e comunicar sobre o volume de risco (*VaR*, *B-VaR*, *duration*, *gap*, etc.).

Como a estrutura de investimentos de um plano pode atribuir discricionariedade de parte da administração dos recursos a terceiros contratados, o controle de alguns dos riscos identificados será feito pelos próprios gestores externos, por meio de modelos que devem contemplar, no mínimo, os itens e parâmetros estabelecidos na Política de Investimento.

ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

CONSELHO DELIBERATIVO			
Titular	Suplente		
Amadeu da Silva Barros	Vicente José dos Santos	Eleito	05/01/11 - 05/01/15
Francisco José da Costa Britto		Indicado	05/01/11 - 05/01/15
Ernani Rezende Monteiro de Santana	Francisco das Chagas de Sousa	Eleito	20/02/13 - 20/02/17
Robert Rosa da Silva (Presidente)	Valdenrique Mendes da Silva	Indicado	20/02/13 - 20/02/17

CONSELHO FISCAL			
Titular	Suplente		
Teônia Almeida do Vale Costa	Shirley Bezerra Lima	Eleito	20/02/13 - 20/02/17
Lucyana Nahmias Ferreira	Helder Vieira de Araújo Ribeiro	Indicado	20/02/13 - 20/02/17
Damião Ferreira dos Santos (Presidente)	Wellington do R Monteiro Sena	Eleito	05/01/11 - 05/01/15
Luiz Gomes de Sousa Neto	Júlio de Jesus Santos	Indicado	05/01/11 - 05/01/15

DIRETORIA EXECUTIVA			
Robert Soares Martins Cavalcante	Presidente	Indicado	02/04/14 - 01/04/16
Lídia Francisca Falcão Carvalho Airemoraes	Diretora Financeira	Indicado	02/04/14 - 01/04/16
Benício Olímpio de Melo Neto	Dir. Adm. e de Benefícios	Eleito	20/02/13 - 20/02/15

Fundação Cepisa de Seguridade Social

Rua Santa Luzia, 910, Centro Sul 64.001-400 Teresina-PI

(86)3215-3500

www.facepi.com.br